

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

RENATA ZARENCZANSKY

**“Quase da família”:**  
Um estudo sobre a invisibilização das babás

São Paulo  
2023

RENATA ZARENCZANSKY

**“Quase da família”:**  
Um estudo sobre a invisibilização das babás

Versão Corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Miriam Debieux Rosa.

São Paulo  
2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL  
DESTETRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU  
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA  
A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira  
Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São  
Paulo Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Zarenczansky, Renata

Quase da família: Um estudo sobre a invisibilização das babás / Renata  
Zarenczansky; orientadora Miriam Debieux Rosa. -- São Paulo, 2023.  
88 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) --  
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Psicanálise. 2. Maternidade. 3. Babás. 4. Reconhecimento. I. Debieux  
Rosa, Miriam, orient. II. Título.

ZARENCZANSKY, Renata. **“Quase da família”**: um estudo sobre a invisibilização das babás. 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

ZARENCZANSKY, Renata. **“Quase da família”**: um estudo sobre a invisibilização das babás. 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

**Resumo:**

Este trabalho investiga as invisibilizações que envolvem a figura da babá na relação com as famílias que contratam seus serviços, nas quais a importância de sua função e de seu vínculo com os bebês não é reconhecido. A observação de cenas em instituição destinada a bebês e seus acompanhantes foi o método utilizado para analisar, nas relações entre famílias, bebês e babás, a hipótese do lugar invisibilizado da babá e suas possíveis formas. A análise das cenas foi feita a partir de leitura psicanalítica, considerando os atravessamentos de questões sociais, como a articulação das categorias de opressão que age sobre a figura da babá da ordem de gênero, raça e classe. Cada cena abre a discussão para diferentes aspectos dessas relações e a invisibilização nelas envolvida. Aspectos esses como a fusão entre afeto e trabalho, o lugar dos cuidados maternos no imaginário social, a participação da babá na constituição subjetiva do bebê, as aproximações da função materna e a atuação da babá, o valor do significante mãe e a terceirização da maternidade. Junto a essas discussões localiza-se a babá no contexto sócio-histórico brasileiro atual, reconhecendo, por meio de um resgate histórico, a atualização da cultura colonial que mantém viva uma relação fundada no passado escravista do país. Articulando a análise das cenas com o debate sócio-histórico foi feito um mapeamento das inúmeras facetas que operam a invisibilização da babá e de seus vínculos, articulando os aspectos político-sociais e os psíquicos envolvidos, aprofundando o olhar sobre a posição de “quase da família” em que a babá é habitualmente colocada.

**Palavras-chave:** Babá. Maternidade. Reconhecimento. Psicanálise. Invisibilização. Interseccionalidade.

ZARENCZANSKY, Renata. **“Almost a part of the family”**: a study about the invisibility of nannies. 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

**Abstract:**

This study investigates the processes of invisibilization that surround the figure of the nanny in their relationship with the families who hire their services, in which the importance of their role and their bond with the babies is not acknowledged. The observation of scenes within an institution destined for babies and their caregivers was the method employed to analyze the hypothesis of the invisibility of nannies across various aspects in their relationship with the families. The analysis of these scenes was conducted through a psychoanalytical perspective, considering the intersections of social issues, such as the articulation of categories of oppression that affect the nanny figure in terms of gender, race and class. Each scene initiates a discussion on different aspects of the relationship between family, baby, and nanny, unveiling the invisibility encompassed within it. These aspects include the merging of affection and labor, the role of maternal care in the social imaginary, the nanny's participation in the baby's subjective constitution, the parallels between maternal function and the nanny's role, the value of the signifier mother, and the delegation of motherhood role. Also, the nanny is situated within the current Brazilian socio-historical context, recognizing, through a historical review, the perpetuation of the colonial culture that keeps alive relationships rooted in the country's history of slavery. The analysis of these scenes generates a mapping of the numerous facets that contribute to the invisibilization of the nanny and their bonds. This mapping articulates the socio-political and psychological dimensions involved, deepening the understanding of the position of being "almost a part of the family" in which the nanny is typically put.

**Keywords:** Nanny. Motherhood. Recognition. Psychoanalysis. Invisibilization. Intersections.

ZARENCZANSKY, Renata. **“Casi de la familia”**: un estudio sobre la invisibilización de las niñeras. 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

**Resumen:**

Este trabajo investiga las invisibilizaciones que rodean la figura de la niñera en su relación con las familias que contratan sus servicios, en las cuales no se reconoce la importancia de su función y su vínculo con los bebés. La observación de escenas en una institución destinada a bebés y sus acompañantes fue el método utilizado para analizar la hipótesis de la invisibilización de las niñeras en diversos aspectos en su relación con las familias. El análisis de las escenas se llevó a cabo a través de una lectura psicoanalítica, considerando los atravesamientos de cuestiones sociales, como la articulación de las categorías de opresión que actúan sobre la figura de la niñera en términos de género, raza y clase. Cada escena inicia una discusión hacia diferentes aspectos de la relación entre la familia, el bebé y la niñera, así como la invisibilización involucrada en ella. Estos aspectos incluyen la fusión entre el afecto y el trabajo, el lugar de los cuidados maternos en el imaginario social, la participación de la niñera en la constitución subjetiva del bebé, las aproximaciones entre la función materna y la actuación de la niñera, el valor del significante madre y la tercerización de la maternidad. Además, se sitúa a la niñera en el contexto sociohistórico brasileño actual, reconociendo, a través de una revisión histórica, la actualización de la cultura colonial que mantiene viva una relación fundada en el pasado esclavista del país. A través del análisis de las escenas, se generó un mapeamiento de las numerosas facetas que operan la invisibilización de la niñera y sus vínculos, articulando los aspectos sociopolíticos y psicológicos involucrados, profundizando la mirada sobre la posición de ser "casi de la familia" en la que la niñera es típicamente ubicada.

**Palabras clave:** Niñera. Maternidad. Reconocimiento. Psicoanálisis. Invisibilización. Interseccionalidad.

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo, em primeiro lugar, aos meus pais, como não poderia deixar de ser. À minha mãe, o melhor exemplo de dedicação e comprometimento que eu poderia ter. E ao meu pai, que desde sempre me ensina com sua curiosidade e desejo de saber incansáveis. Agradeço por esses valores transmitidos ao longo de toda a minha vida, pelo suporte e por serem meus maiores incentivadores e apoiadores

Agradeço à minha orientadora, professora Miriam Debieux Rosa, por toda a confiança e incentivo ao longo dessa pesquisa, pela autonomia que me garantiu em sua orientação, possibilitando que esse trabalho seguisse os caminhos trilhados pela minha escuta.

Agradeço à minha família pelo suporte, apoio e incentivo. Ao meu irmão por ser minha maior fonte de confiança pela vida toda. À minha avó Rosa, minha maior admiradora – e é recíproco. À minha avó Gilda, que me ensinou desde sempre o amor pelo saber e pela pesquisa. À Claudia e à Flávia, pelo apoio e incentivo em tudo que é em mim potente.

Ao laboratório de Psicanálise, Política e Sociedade, por ser um potente espaço de discussão e germinação de ideias essenciais a uma Psicanálise atual. Em específico ao grupo de orientação pelo acompanhamento na reta final: Camila, Lohanna e Joana. À Tahamy e à Jaquelyne pela leveza que trazem no transitar na academia. À Mariana, pelo acolhimento desde o começo, pelas trocas, leituras, escutas e auxílios. E principalmente à Patrícia, pela amizade, parceria e cumplicidade, durante todo o processo, desde a elaboração do projeto, por todas as leituras, por nossas trocas essenciais e imprescindíveis à realização deste trabalho e por estar junto.

À Ilana, pela grande ajuda, suporte, leituras e comentários e por me acompanhar ao longo de todo o processo.

Às minhas amigas, fontes de suporte, força e inspiração. À Luiza por me acompanhar e me apoiar em todo o percurso e em tudo, por dividir a vida e tudo mais comigo, por sua amizade no sentido mais completo e valioso da palavra. À Stephanie por nossa amizade, parceria e por todas as conversas estruturantes, revolucionárias e potentes. À Laura pelo acompanhamento, incentivo empolgante e inspiração. À Giulia pelo brilho com que sempre me apoiou, por ser abraço mesmo longe. À Heloísa, por sua generosidade



e estímulo. À Fernanda pelos sábios ensinamentos e provocações carinhosas. À Dália por acreditar e ver potência em mim e nesse trabalho.

Agradeço às mulheres que participaram de minha criação. Ainda que não exatamente como babás, mas que por suas relações com minha família, fizeram parte de minha infância e de meus cuidados, em relações fundamentais com quem construí vínculos, afetos e marcas que carrego comigo. Em especial a Ju.

Agradeço a todos aqueles que foram, de alguma forma, casa ao longo desse processo: Luiza, Giulia, Stephanie, Etrus e Guili.

Ao EBB e os tantos ensinamentos e crescimentos que me proporcionou. Meu principal espaço de formação, de onde tanta coisa surgiu e se definiu. Em especial à Talita, por me incentivar e acreditar em minha potência desde o começo e por me fazer acreditar também.

À Vera pelo acolhimento, escuta e descobertas. À Camila pelo contorno, questionamento e escuta.

A todos os amigos que de alguma forma escutaram meus anseios e angústias causados pela escrita, que me acolheram e me acompanharam.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio e financiamento.

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>PARTE I.....</b>	<b>14</b>
<b>2. ONDE ESTÁ A BABÁ?.....</b>	<b>14</b>
2.1 Resgate histórico .....	14
2.2 A maternidade transferida .....	16
2.3 O trabalho invisível .....	18
2.4 A babá na produção acadêmica e na Psicanálise.....	21
<b>3. PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>27</b>
3.1 Objetivos.....	27
3.2 Método.....	28
3.2.1 <i>O Palco: uma breve descrição da instituição</i> .....	29
3.2.2 <i>Registro das cenas</i> .....	31
3.3 Análise das cenas.....	34
3.4 Interseccionalidade e relações de poder .....	37
3.5 Sigilo.....	38
<b>PARTE II .....</b>	<b>40</b>
<b>4. JÁ JÁ VOCÊ DORME A NOITE TODA E A CARMEN VAI PODER DORMIR NO QUARTO DELA: ENXERGANDO O INVISÍVEL .....</b>	<b>40</b>
<b>5. O QUE SERÁ QUE LHE TIRA O SONO?: IMPEDITIVOS DA VISIBILIDADE .....</b>	<b>46</b>
<b>6. PARA OS MEUS FILHOS, SÓ O MELHOR.: QUEM É AQUELA A SER VISTA.....</b>	<b>54</b>
<b>7. SE SUA MÃE OUVIR, ELA ME MATA.: O SIGNIFICANTE “MÃE” .....</b>	<b>62</b>
<b>8. JÁ PENSOU O TRABALHO QUANDO EU VOLTAR SE ELES ESTRAGAM A CRIANÇA?!: O PÊNDULO DA VALORIZAÇÃO.....</b>	<b>69</b>
<b>9. TRABALHO DOMÉSTICO: UM TRABALHO FEMININO .....</b>	<b>74</b>
<b>10. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
10.1 Sobre as relações .....	78
10.2 Sobre as funções .....	79
10.3 Sobre as dinâmicas .....	82
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>84</b>

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## 1. APRESENTAÇÃO

*“Há as [babás] mais antigas, que conhecem o bairro há anos, que são íntimas da diretora da escola, aquelas que, na rua, encontram adolescentes que elas um dia criaram e se convencem de que eles as reconheceram, que não as cumprimentaram foi por timidez” (Slimani, 2019, p. 166)*

Início essa apresentação com trecho do romance *Canção de Ninar*, de Leila Slimani, que apresenta uma babá como personagem principal. O esquecimento de cuidadores que fizeram parte de importantes, mas longínquos períodos da primeira infância, trazido na cena, pode ser algo corriqueiro em meio a tantas memórias infantis que são apagadas. Entretanto, este trabalho se coloca como um convite à análise desse apagamento específico representado na cena: o da babá.

Em minha atuação profissional no cenário da atenção à perinatalidade e à parentalidade, permeada pelos saberes da Psicanálise, a figura da babá sempre esteve presente. Muitas vezes fora de destaque, às margens, como um suporte. Mas, dificilmente profissionais que atuam com a infância, no contexto das classes altas da sociedade brasileira, não se encontrarão com as babás.

Minha atuação se deu em contexto de uma instituição, que será mais bem explanada ao longo desse trabalho, onde pude acompanhar famílias e bebês de até 36 meses ao longo de 8 anos. Inserida justamente nesse contexto das altas classes sociais brasileiras, inúmeros foram os bebês acompanhados de suas babás com quem encontrei.

Essa pesquisa surge a partir de algo que me intrigava nesses encontros, nessa relação tomada como tão trivial em nossa sociedade, mas que por algum tempo tive dificuldade em identificar no que consistia. A necessidade do trabalho das babás no cuidado com os bebês é facilmente reconhecida pelas famílias que contratam tal serviço. Faz-se necessária a presença de alguém que componha com a rede de adultos que se ocupará das inúmeras demandas que um bebê impõe, principalmente nos momentos em

que seus pais não estão presentes e a contratação de uma babá para exercer essa função é uma solução bastante comum em nosso país.

Entretanto, apesar dessa necessidade facilmente reconhecida, no que diz respeito à tarefa do cuidado, pude notar que há tantas outras camadas presentes na relação que daí se constrói que não são reconhecidas. Cenas corriqueiras que se repetiam com frequência foram me chamando atenção e me mostravam esse curioso lugar – ou não lugar – que as babás ocupam e são colocadas nas dinâmicas das famílias das quais quase fazem parte. Seu trabalho quase importante, sua presença quase notada, sua relação quase da família. Tudo isso contrastava com o que eu podia ver na relação apenas entre bebê e babá, na ausência de seus pais, onde era possível encontrar presença, entrega e afetos de diferentes ordens.

Parece haver sempre algo de nebuloso, que não pode ser evidenciado para a família, tanto na relação e no vínculo que se formam entre a babá e o bebê, como na própria existência da babá, sua subjetividade, suas questões, enfim, na sua condição de sujeito e não apenas profissional, ou funcional.

Não foi surpresa me dar conta que, junto a esse (não) lugar que me intrigava na relação com as famílias dos bebês, na produção teórica psicanalítica – e de outras ciências humanas – as babás também não são encontradas facilmente. Nota-se um certo apagamento, onde dificilmente essa figura é apresentada e, quando o é, normalmente é em um lugar bastante marginalizado e nebuloso.

Proponho esta pesquisa para que a invisibilização da babá realizada pela família na sua relação com o bebê possa ser analisada, por meio de uma leitura psicanalítica, buscando evidenciar aquilo que não pode ser reconhecido nessa cena familiar. E com isso, procuro também trazer a figura da babá para uma posição menos marginalizada na produção teórica, marcando sua presença na constituição subjetiva em um número expressivo de brasileiros.

Para discutir o tema, este trabalho é dividido em duas partes. A parte inicial conta com uma introdução teórica sobre a temática das babás, com um resgate histórico das origens dessa profissão, sua condição atual e a história de diferentes formas de invisibilização que acompanham a ocupação e as mulheres que a desempenham. Paralelamente, apresenta-se a invisibilização da figura da babá na produção da teoria psicanalítica e a aproximação das formas com que esse apagamento se dá na teoria e nas

cenar familiar e social. Após essa introdução teórica, será apresentado o percurso metodológico escolhido para abordar a temática, explicitando o caminho trilhado para trazer para o debate acadêmico cenas experienciadas em minha trajetória profissional no trabalho com bebês, suas famílias e suas babás na instituição citada.

Já na segunda parte serão apresentadas cinco cenas e a partir de cada uma delas se abrirá um capítulo, no qual um aspecto da invisibilização das babás na relação com as famílias será elaborado, a saber: 1) a fusão entre afeto e trabalho e as formas de negação do vínculo, do afeto e da condição humana, 2) o que não pode ser reconhecido pela família na relação do bebê com a babá e as formas do bebê de o dizer 3) o não reconhecimento da babá enquanto não só uma figura de grande importância na constituição subjetiva do bebê, mas também enquanto sujeito, 4) o significante “mãe” e o que não pode ser nomeado no vínculo afetivo entre bebê e babá, 5) a babá enquanto figura valorizada na dinâmica da terceirização da maternidade. Cada capítulo recebe como título uma frase emblemática da cena, que traz em si a problemática a ser aprofundada. Na sequência se apresenta um breve levantamento sobre o aspecto feminino do trabalho doméstico.

Como fio que amarra todos esses aspectos, pretende-se evidenciar o lugar de *quase* ocupado pela babá em todas as cenas e diferentes aspectos levantados sobre a produção teórica que circunda o tema. O que parece se evidenciar é que sua totalidade não pode nunca ser reconhecida, seja na importância, no afeto, na remuneração, ou na relação familiar.

## PARTE I

### 2. ONDE ESTÁ A BABÁ?<sup>1</sup>

Para iniciar a reflexão é preciso, primeiramente, um resgate histórico para compreender o lugar da babá na sociedade, sendo uma profissão que mantém vivo parte do passado escravista brasileiro atualmente. Com sua origem nas amas de leite, desde a época da colonização o lugar das mulheres responsáveis por cuidar dos filhos de outras mulheres, foi sendo cada vez mais colocado à margem da cena familiar ao longo da história.

#### 2.1 Resgate histórico

No período colonial, as mulheres brancas vindas da Europa para as Américas, ascendiam de categoria social, independentemente de sua origem. O casamento com os proprietários de terra proporcionava que adentrassem nas classes altas de poder branco, de modo que se tornassem também donas de escravas, que eram empregadas para realizar o trabalho doméstico (Federici, 2017).

Assim, as mulheres brancas não se ocupavam de qualquer forma de trabalho ou afazeres. Todo o trabalho doméstico – e não só – era realizado pelas mulheres negras escravizadas. Dentro desse cenário, era bastante comum a prática das famílias de alugar amas de leite, mulheres negras responsabilizadas pela amamentação dos filhos das mulheres brancas, o que era visto como um sinal de prosperidade da casa, de luxo (Vieira, 2014).

Dentre as escravizadas, havia uma espécie de maior reconhecimento às amas de leite ou mães-pretas, como também eram conhecidas, ao deixarem a senzala e passarem à casa grande, onde recebiam melhores roupas, cuidados e alimentação, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de seu leite (Vieira, 2014).

Autoras como Musatti-Braga (2015) trazem como as escravizadas nessa ocupação assumiam a função de ser mãe dos filhos brancos e, com isso, tinham de deixar de ser mãe de seus próprios filhos. Aponta-se a importância de olhar para a obrigação de abandono de seus filhos pretos, no sentido de problematizar a relação entre as mães-pretas

---

<sup>1</sup> Questionamento feito por Segato (2006) diante da ausência dessa importante personagem da sociedade brasileira em produções acadêmicas, em “Édipo Brasileiro: A Dupla Negação de Gênero e Raça”.

e os filhos brancos, retratada habitualmente com amor e ternura na literatura, o que é reatualizado nas relações com as babás, herdeiras dessa função.

Vieira (2014) traz que nos relatos da época as amas de leite eram retratadas habitualmente como mercenárias, devido às melhores condições que recebiam em comparação com demais escravizadas, ignorando e ofuscando toda a dramática questão da separação de seus filhos envolvida na situação e o sofrimento que produzia.

A partir do século XIX, viveu-se o fortalecimento de discurso higienista no Brasil. Com isso, a amamentação das crianças brancas por mulheres negras passou a ser vista como responsável pela transmissão de doenças e até de hábitos culturais que levariam à corrupção moral. Ganha força a recomendação das autoridades das áreas da saúde, junto com o discurso da Igreja, de que as mães, inclusive brancas e ricas, passem a amamentar seus próprios filhos. Os corpos das mulheres negras carregavam a imagem da doença e seu leite, de ser estragado. Assim, a mulher branca assumiu a amamentação de seus filhos para protegê-los das doenças e dos desvios, assim como do íntimo contato com essa figura mercenária, deprimida e desvirtuada, sob a justificativa do carinho e do amor materno (Segato, 2006; Vieira, 2014).

Mesmo acatando às ideias do discurso moderno e amamentando seus bebês, as famílias da burguesia brasileira não conseguiam prescindir dos serviços das amas no cuidado de seus filhos e na manutenção dos lares. E não apenas aquelas das classes mais abastadas, mas também as que, de alguma forma conseguiam acender socialmente e não possuíam alternativas oferecidas pelo Estado para os cuidados de seus filhos. O que se deu, então, foi a transformação da ama de leite em ama seca. Nesse contexto, mulheres brancas também passam a ser contratadas para tal serviço, atendendo às recomendações para que essas amas fossem de origem conhecida e tivessem alguma proximidade com a família (Segato, 2006).

Sobre esse mesmo período, associado ao discurso higienista, Segato (2006) cita o trabalho de Rafaela de Andrade Deiab (2005) na análise de fotografias de bebês na segunda metade do século XIX. Nesses retratos, para deixar os bebês confortáveis durante o longo tempo de exposição exigido para a fotografia, a presença da ama se fazia necessária, pois eram a figura de intimidade e confiança. A análise revela que, com o decorrer dos anos, as mulheres que antes eram expostas com orgulho nos retratos, passam a ser escondidas, encobertas, retocadas, até desaparecerem por completo do enquadre,

acompanhando não só o fluxo do movimento higienista, como a nova valorização da maternidade, centralizando na imagem da mãe a única possibilidade de cuidado a ser destacada.

A figura da ama de leite e sua evolução para a ama seca segue presente nos lares e nas famílias brasileiras, sendo atualizada na figura da babá. A burguesia brasileira nunca deixou de contar com o serviço de outras mulheres, em sua maioria negras e de classes sociais empobrecidas, para manter a organização de suas casas e o cuidado de seus filhos. Chauí (2000) inclusive sustenta que dentro da manutenção da cultura senhorial brasileira o emprego do trabalho doméstico se mantém como um signo de prestígio e de poder. Ideia esta complementada por Vieira (2014, p. 123) ao sustentar que as famílias empregadoras “aliviam-se das ameaças de perda de status que remete à colonialidade” ao subalternizar as trabalhadoras domésticas.

A atualização desse passado se dá não só pelo seu trabalho e pelo status, mas também pela vivência do apagamento que a babá segue experienciando, como representado nas fotografias do século XIX.

## **2.2 A maternidade transferida<sup>2</sup>**

Toma-se como fato que, no modelo contemporâneo de sociedade, a família não dá conta de tudo aquilo que lhe é demandado para a criação de um bebê. O que se dá tanto pela complexidade cada vez maior do que se exige como cuidado e estimulação ideais, quanto pelas demais demandas a que os pais devem atender enquanto adultos, como seus trabalhos e responsabilidades. As famílias necessitam, portanto, buscar alternativas para compor com essa criação e a terceirização<sup>3</sup> desta tem se colocado como uma realidade possível e cada vez mais utilizada.

As possibilidades da terceirização dos cuidados são múltiplas, desde as coletivas e institucionais, até as saídas mais individualizadas. É importante considerar que nos cuidados e na participação da criação dos bebês há algo que extrapola o aspecto prático dos cuidados e encontra aspectos psíquicos, subjetivos e emocionais, que será discutido

---

<sup>2</sup> Conceito proposto por Costa (2002) em “Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva”.

<sup>3</sup> É interessante um olhar para o termo “terceirização”, que é bastante recorrente nos discursos sobre cuidados e maternidade. No dicionário Michaelis, o verbete recebe o significado de “estratégia de reorganização em que uma empresa adquire bens e serviços de fornecedores externos com o objetivo de diminuir custos, economizar recursos e desburocratizar sua administração.”. O termo emprestado do campo da administração, traz a ideia da economia de recursos e costuma estar associado a trabalhadores em situações bastante desvalorizadas, o que parece se aproximar do que se discute aqui sobre a babá.



no decorrer deste trabalho. Mas cabe aqui mencionar que diferentes formas de estabelecimento de relações de cuidado recebem diferentes olhares.

Acompanha-se um crescimento no interesse e na produção de saber sobre a infância, a educação e as especialidades de profissionais envolvidos nesse processo. Contudo, é interessante notar que nem todos os cuidados profissionais são olhados de forma equivalente. Há na história e no presente do Brasil, uma abrangente presença de mulheres contratadas para assumirem os cuidados com as crianças que não recebe essa mesma atenção e interesse.

Dentro das possibilidades de cuidados, Costa (2002) conceituou a maternidade transferida, referindo-se à transferência das ocupações normalmente atribuídas à mãe nos cuidados com os filhos e com o lar a outras mulheres. O conceito é elaborado a partir do contexto das conquistas feministas que possibilitaram a circulação da mulher em outros espaços que não apenas o familiar, como o do trabalho. É importante destacar que a saída da mulher da cena familiar tem datas de início bastante distintas de acordo com o recorte social e de raça de que se trata. Como aponta Rosa (2020, p. 31), as conquistas feministas e novos parâmetros de família “não se aplicam de maneira equânime e homogênea a todos os grupos sociais”.

Referindo-se, então, às mulheres de classes médias e altas, Costa (2002) evidencia a importante reorganização vivida em seus lares por essa nova circulação possível. A saída encontrada foi a transferência de responsabilidades e afetos da vida domiciliar a mulheres menos abastadas, por meio de tarefas e compensações recíprocas. Essas mulheres contratadas se ocupam, portanto, da maternidade e de tudo aquilo que a envolve.

Na transferência da maternidade vivenciada nas dinâmicas familiares e individuais, o lugar a ser ocupado por essas mulheres não é claramente definido, diferente do que pode ser encontrado, por exemplo, em instituições que também se ocupam do cuidado e criação das crianças. Pela possibilidade de os pais também estarem presentes, as delimitações dos papéis a serem desempenhados e as funções atribuídas a cada uma das personagens em cena podem ser nebulosas. Em cada família esse lugar será construído, de acordo com as singularidades, demandas e histórias dos envolvidos, mas nem sempre será identificado com clareza.

O processo exaustivo de se dedicar aos cuidados de um filho e de lidar com as exigências psíquicas envolvidas é possível por trazer importantes ganhos, sejam eles de

reconhecimento social, ou ganhos narcísicos, permeados pela função de transmissão da família. Quando se fala em maternidade transferida, entretanto, não são esses os ganhos envolvidos. Trata-se de uma relação de trabalho, que tem a ver com remuneração e sobrevivência e que muitas vezes não é sequer reconhecida, o que será explorado ao longo deste trabalho.

A partir dessa conceituação é interessante reparar no que está implícito na determinação da maternidade. Para ter a possibilidade de deixar seus lares, as mulheres das classes médias e altas precisaram encontrar uma mãe substituta. Em suas atribuições não está apenas o trabalho doméstico, com seus afazeres práticos, mas todo um trabalho afetivo, além da organização do lar e o planejamento que a envolve. Em sua saída de casa, a mãe encontrou apenas na contratação de outra mulher, que ocupe o lugar materno, uma forma de solução para dar conta de tudo aquilo que lhe cabe no ambiente doméstico.

### **2.3 O trabalho invisível**

O conceito da maternidade transferida (Costa, 2002) trata do cenário que passou a se constituir na sociedade brasileira a partir da década de 1970, momento em que houve um significativo aumento da mulher no mercado de trabalho. Entretanto é necessário um olhar crítico a esse movimento, compreendendo que mulheres são essas ingressando no mercado de trabalho e de que forma.

Como mencionado, o rápido aumento do contingente de mulheres no mercado de trabalho nesse período é composto por mulheres brancas das classes médias e altas. As mulheres negras e de classes baixas, que já trabalhavam e buscavam maneiras de sustentar suas famílias, já vivenciavam também muitas das questões apontadas nesse período como novos problemas sociais. Questões estas como a falta de alternativas oferecidas pelo Estado ao cuidado dos filhos, situações de assédio, desigualdades salariais e jornadas extensas de trabalho. Trazendo essa situação, Vieira (2014) aponta que as mulheres negras, principalmente das camadas sociais mais pobres, pouco se beneficiaram das novas conquistas relacionadas ao trabalho, que marcaram a vida das mulheres brancas da classe média. Cabe acrescentar que não apenas pouco se beneficiaram, como foi muito às custas do trabalho desempenhado pelas mulheres negras, que essas conquistas foram alcançadas.

Prestes e Vasconcellos (2013), olhando para a população negra, mas mais especificamente para as mulheres, já aponta como no Brasil, “desde a vinda de enorme contingente de africanos(as) escravizados(as), o avanço do crescimento econômico e da

dominação política se ampara nos prejuízos sociais da classe com menos acesso aos bens e serviços da sociedade, atingida por exploração, discriminação e exclusão social” (p.1), ressaltando a estrutura histórica desse fenômeno.

E Gonzalez (1981) ainda destaca como no contexto de encontros feministas da década de 1970, as pautas levantadas pelas mulheres negras eram mal-recebidas, causando discórdia ou sendo ignoradas, por evidenciarem o atraso político presente em pautas supostamente progressistas e, principalmente, pela “grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca” (p.48).

Ao contrário da mudança social que o trabalho pode representar às mulheres brancas da classe média, Nascimento (1976 *apud* Vieira, 2014) destaca que para as mulheres negras e pobres, que sempre tiveram que trabalhar, essa atuação nunca esteve relacionada à emancipação. Isso porque, sua atuação sempre esteve associada a lugares ocupados por suas antepassadas escravizadas, de modo que o trabalho por elas encontrado são atualizações modernas de antigas funções escravistas, como nos empregos domésticos precários, desvalorizados e explorados (Gonzalez, 1981).

Essas ocupações consolidam um importante pilar para que as mulheres da classe média possam deixar seus lares e suas famílias, para desempenhar seus trabalhos fora de suas casas, garantindo que a ordem, a limpeza e até mesmo o carinho serão realizados sob o cuidado de outras mulheres.

Sustentando a organização social e as conquistas emancipatórias femininas, o trabalho doméstico se faz, assim, invisível e sua importância é ignorada. Há, portanto, um uso político da invisibilidade dessa categoria de trabalho. É necessário que o trabalho doméstico seja desvalorizado ao ponto de ser invisível, para que as mulheres brancas e ricas consigam sustentar sua saída de casa, sem que sua ausência seja algo de grande importância.

A desvalorização dessa forma de trabalho fica evidente pela histórica marca de direitos trabalhistas precários. Inicialmente, em 1943 na publicação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), foi determinado que os direitos e garantias que a legislação criava não incluía trabalhadores domésticos. A primeira lei que garantiu proteção

especificamente às trabalhadoras<sup>4</sup> domésticas surgiu apenas em 1972, com o advento da Lei n° 5.859, que previa direitos básicos a outras profissões já na época como a carteira assinada, férias de 20 dias e previdência social. A Constituição de 1988 possibilitou alguns avanços a trabalhadores, como a obrigação do pagamento do salário-mínimo e da licença maternidade, porém ainda sem menção específica a essa ocupação. Apenas em 2006, com a Lei n° 11.324/06, a ocupação passou a ter direito a férias de 30 dias e estabilidade empregatícia para gestantes e puérperas. Até que, somente em 2013, com o que ficou conhecida como “PEC das Domésticas”<sup>5</sup> (Emenda Constitucional n° 72, de 02 de abril de 2013, regulamentada pela Lei Complementar n° 150, de 1° de junho de 2015), passa a ser garantido às trabalhadoras domésticas grande parte das garantias constitucionais dos trabalhadores em geral.

Apesar das importantes e recentes conquistas trabalhistas da categoria das trabalhadoras domésticas, é fundamental reconhecer a marca de trabalho invisível que o trabalho doméstico carrega ao longo da história brasileira, não apenas ao nível de legislação, como também por ser considerado um trabalho inferior e desqualificado. Com o enfoque óbvio que recai nesse trabalho especificamente sobre a babá se ressalta que há também algo referente ao afeto, à relação, ao vínculo que se estabelecem entre ela e as crianças de quem se ocupa que também precisam ficar reclusos ao campo do invisível.

A reflexão acerca dessas invisibilidades que se colocam no trabalho das empregadas domésticas e, aqui mais especificamente, da babá não pode se dar sem se supor um lugar racializado dessas profissionais. É evidente que existem mulheres brancas exercendo essa ocupação, mas as mulheres negras compõem 68% das trabalhadoras domésticas do Brasil, em 2018, de acordo com os dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua).

---

<sup>4</sup> Utilizou-se a expressão trabalhadoras domésticas propositalmente no feminino por representarem 92% dos trabalhadores dessa categoria no ano de 2018, de acordo com os dados compilados no estudo ‘Os desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI’, produzido pelo Ipea com base nos dados da Pnad Contínua.

<sup>5</sup> Destaca-se que na votação dessa emenda foram registrados apenas dois votos contra a sua aprovação: um de Vanderlei Siraque, que afirmou ter apertado o botão errado e o outro realizado pelo então deputado Jair Bolsonaro do PP-RJ. De acordo com o podcast Projeto Querino, Bolsonaro se vangloria desse voto e o utilizou em sua campanha à presidência em 2018 por diversas vezes, fazendo coro ao discurso conservador burguês de que a aprovação da PEC destruiria as famílias e suas rotinas.

Este fato tem grande relevância ao se considerar que Bolsonaro e o discurso que defende chegou a conquistar a presidência e uma posição próxima a uma reeleição, de modo que suas falas e posicionamentos podem representar uma importante parcela dos eleitores e da população brasileira.

Além disso, a relação de servidão que pode ser reconhecida na exploração deste trabalho hoje, tem sua origem na escravização. Há uma dimensão política do trabalho doméstico que remete a um lugar social colonial e o faz ser tomado enquanto um trabalho racializado, exigindo-se que essa categoria seja levada em consideração nessa discussão.

Tratando-se, ainda, de um trabalho subalterno, desempenhado no Brasil, onde há uma forte cultura de inferiorização da pobreza que se emaranha ao racismo estrutural, a posição das trabalhadoras domésticas se encontra nos baixos e desprezados degraus de uma hierarquia de raça e classe.

#### **2.4 A babá na produção acadêmica e na Psicanálise**

Na temática da invisibilização dessa personagem tão comum nos lares brasileiros, nota-se de forma emblemática a quase inexistência das babás na produção acadêmica e científica. Autores tomados como referência nos estudos que incluem a importância da babá na constituição subjetiva do brasileiro, como Segato (2006) e Aragão (1991), que serão ainda explorados, apontam a escassez de estudos e produções que envolvam essa temática, não só na psicanálise, mas também na antropologia e em outras ciências humanas e sociais, o que contrasta com a “abrangência e profundidade histórica desta prática e o seu forçoso impacto na psique nacional” (Segato, 2006, p.4).

Musatti-Braga (2015) reforça ainda que não há número de produção e pesquisa significativos tanto no que diz respeito aos aspectos subjetivos e à inserção social dessas trabalhadoras, quanto à sua presença nos aspectos subjetivos das crianças de quem cuidam e da perspectiva das famílias que lhe delegaram o cuidado de seus filhos.

É interessante destacar que em um número significativo dos textos consultados nesta pesquisa que trabalham de alguma forma a temática da babá, mesmo que em diferentes enfoques, é ressaltada a escassez de material produzido sobre essa figura e as relações que seu trabalho envolve, inclusive nas produções de autores não brasileiros.

Nas produções de Colombo (2010) e Scheftel (2012) por exemplo, discute-se a presença das babás nas produções psicanalíticas que, além de escassas, são frequentemente representadas na forma de repositórios de projeções e transferências de afetos maternos, sem a possibilidade de análise do lugar que se inscrevem em cada relação, ou ainda, sem mesmo o reconhecimento delas enquanto sujeitos. Na de Corrêa (2007), aponta-se a recorrência, inclusive nos emblemáticos casos de Freud, da aparição

de babás, criadas e governantas, mas sem serem consideradas centrais na análise dos casos, trazendo a figura dessa funcionária como a forma mais insistente do que é visto como intrusão no círculo familiar nos textos freudianos.

No que se refere à origem da teoria psicanalítica em específico, o trabalho de McClintock (2010) tem grande relevância na chamada de atenção para o apagamento da figura da babá desde a publicação de obras inaugurais e fundantes, citando o processo de elaboração da teoria do Complexo de Édipo.

Na elaboração da teoria edipiana, a babá é apresentada por Freud de maneira sucinta, na forma de pequenas intromissões ao romance familiar burguês, ou ainda como uma substituta das figuras dos pais em sua ausência. Entretanto, McClintock (2010) destaca que, nesse mesmo período, a babá surgia com maior importância na narrativa do criador da psicanálise em suas cartas enviadas a Fliess. Enquanto produzia seus textos sobre o Complexo de Édipo, Freud relata a seu correspondente memórias e sonhos em que a funcionária que o criou aparecia de forma marcante e poderosa, onde se referia a ela como minha “originadora primordial” (Fliess, 1897, p. 269) relatando ter sido ela que lhe causou sua primeira excitação sexual, ou ainda com quem viveu sua primeira humilhação sexual, por ser chamado de desajeitado e incapaz.

Contudo, na publicação oficial dessas mesmas cenas em suas obras, nota-se que a presença da babá foi substituída por outros personagens. No texto publicado encontram-se deslocamentos realizados entre os papéis da babá, ora substituída por sua mãe, ora pelo próprio Freud, que envolvem questões tanto de classe, quanto de gênero:

Ao registrar suas memórias de infância, Freud atribui à babá um papel poderoso como agente sexual, mas quando elabora sua teoria do Édipo alguns dias depois, ele não só bane de cena a ‘primeira originadora’, mas substitui sua memória da impotência sexual (falta de capacidade sexual com a babá) pela agressão sexual (excesso de capacidade sexual com sua mãe). (McClintock, 2010, p. 142).

A autora traz uma interessante interpretação dessa substituição da babá, afirmando que quando substituída pela mãe, indica deslocamento motivado pelas diferenças de classe, mantendo o poder na figura da patroa, apontando a mãe como essa originadora na teoria. Já quando a impotência de Freud com a babá é substituída por uma agressividade dele com sua mãe, além do deslocamento das figuras femininas, se coloca um deslocamento entre ele e a própria babá, onde o agente sexual deixa de ser a funcionária

e passa a ser ele, invertendo-se o gênero, garantindo ao homem esse papel de agente sexual. Citando Swann (1974), McClintock (2010) afirma que a teoria edipiana foi, portanto, fundada na elisão teórica da figura da babá de Freud.

Nos relatos de Freud sobre a sua babá, a mulher é descrita com características de rigidez e autoridade, distanciada do lugar feminino de ternura e carinho que é representada a maternidade na produção teórica, por exemplo. Na substituição da figura com essas características por figuras masculinas, essa forma de poder se mantém em posse dos homens.

A necessidade de apagar a babá das cenas utilizadas por Freud é retratada pela autora como uma recusa ao reconhecimento do poder da representante da classe trabalhadora e seu papel fundamental na manutenção dos lares das classes altas. Com esse reconhecimento, alguns alicerces da narrativa familiar edipiana passariam a poder ser questionados, como a autoridade paterna e a existência de uma estrutura familiar única e universal. Enquanto mantém uma suposta estrutura hereditária e naturalizada na composição familiar burguesa, a narrativa sem a babá se mantém distante de contaminações de classe e de desequilíbrios econômicos, além de garantir a maior potência da sexualidade masculina sobre a feminina. A imagem do pai pode manter, então, seu poder simbólico e político (McClintock, 2010).

Em suma, ao resgatar os conteúdos que envolviam as lembranças e os sonhos de Freud com sua babá, mas que não puderam ser apresentados em suas elaborações teóricas, McClintock (2010) chama atenção ao que sustenta estar por trás dessa repressão intencional que apaga a criada da teoria de Édipo: questões de classe e gênero.

A autora afirma que, não podendo reconhecer uma mulher da classe trabalhadora como a “força originadora do desenvolvimento psicosssexual” (McClintock, 2010, p. 152), ou mesmo como agente sexual, a babá é reprimida; de modo que o poder associado à sua imagem, com o qual a criança irá se identificar, é deslocado para a figura do pai, representante do poder social e econômico, enquanto o objeto de desejo que representava é transferido para a mãe. Com esses deslocamentos e substituições, a babá, que poderia estar na posição de criadora da identidade sexual e econômica, pode ser apagada e a narrativa familiar se mantém intacta, sem intromissões da classe trabalhadora.

Em decorrência das contradições envolvidas na ausência da funcionária em seus textos, McClintock (2010) sustenta a posição de abjeto da babá na teoria de Édipo, pois

apesar de ser banida, insiste em retornar como resíduo nas memórias e sonhos de Freud. E, com isso, refere-se à teoria como uma “teoria biombo”, por revelar e esconder, ao mesmo tempo, o papel das babás, não sendo capaz nem de ignorar, nem de percebê-lo totalmente.

Colombo (2010) também marca uma posição semelhante, referindo-se à babá como marginal e central simultaneamente. Marginal por seu pouco poder na relação com os padrões e a casa, assim como por ser encontrada na teoria psicanalítica apenas como depósito de transferências de afetos maternos. Dificilmente a babá é representada na teoria na condição de sujeito em que suas questões são consideradas, restando-lhe somente a representação do que se refere aos afetos que desperta na substituição de figuras parentais.

Mas central pela importância que assume na manutenção do lar e da família, marcando as importantes experiências vividas por Freud com sua babá. É central também na teoria por ser uma figura recorrente nos casos e vinhetas apresentados pelo autor, destacando o lugar ameaçador, sedutor e, portanto, poderoso em que permaneceu representada. A autora discute que mesmo após o abandono da teoria da sedução, há algo na figura das babás que faz com que, recorrentemente nos casos apresentados por Freud que a envolvem, a sedução seja tomada como real e concreta. Diferentemente do que passou a acontecer por exemplo com os pais, que já não eram mais acusados de tudo que era lembrado. As seduções que envolviam os familiares eram categorizadas como da ordem da fantasia das experiências infantis, enquanto com as babás e governantas eram tomadas como reais (Colombo, 2010).

Na relação pessoal de Freud com a babá, os mesmos recalques e apagamentos discutidos nesse trabalho, acabam por marcar não somente a sua história pessoal, mas também a elaboração da teoria psicanalítica, de onde a babá foi retirada de cena, apesar de seguir presente na realidade, fora das produções teóricas. Mesmo tantos anos depois da elaboração da teoria do Édipo, a presença das babás segue irrisória na produção teórica psicanalítica. Ainda mais se contrastada com a abrangência de famílias das quais faz parte.

As citadas cartas a Fliess aparecem em muitas referências que discutem o apagamento da babá na teoria psicanalítica como em Colombo (2010), Corrêa (2007), Martins (2021), Scheftel (2012), entre outros. A substituição da figura da babá nas



publicações freudianas, reconhecida pelas confissões de Freud a seu correspondente, traz de forma caricata o início do apagamento dessa figura, desde a origem da formulação da teórica edípica, algo que segue atualizado no cenário psicanalítico atual. Dentre as tantas menções a esse acontecimento, o que faz McClintock (2010) é levantar a hipótese de que há nesse apagamento atravessamentos de questões de classe e gênero que impedem o reconhecimento de uma posição de importância a essas mulheres.

Acrescenta-se que o debate levantado pela autora trata da presença das funcionárias nos lares europeus. Apesar de trazer questões referentes à nacionalidade das mulheres que ocupavam a função de criadas, não é incluída nesse ponto de seu debate a questão da raça, que sem dúvidas também atravessa o tema, principalmente no cenário brasileiro.

Guerra (2021) ajuda a compor com essa discussão ao apontar a pouca problematização da questão racial na teoria psicanalítica, mesmo que não se referindo especificamente à questão das babás. Colocando em debate o pacto narcísico branco e seu poder, aponta a tomada da branquitude como referencial universal, como o humano, também na produção teórica psicanalítica e a importância de colocar em causa o racismo nela presente e se haver com os privilégios envolvidos nessa forma de gozo.

Em rica e complexa discussão, apoiada na produção lacaniana, Guerra (2021) convoca a Psicanálise e aqueles que a pensam e a produzem a debaterem o inconsciente colonizado, em que a raça seria tomada como ausente do plano inconsciente, buscando justamente aquilo que não se coloniza, que resistiria como “ponto indomesticado pelo discurso, a fim de pensar o que se operacionaliza fora do campo da tradição e do enquadre discursivo” (Guerra, 2021, p. 65).

Nessa toada, Ambra (2022) sugere a importância de se revisitar a teoria do Édipo em uma leitura descolonial e brasileira e não o deixar intocável em um preciosismo, apontando que esse movimento envolve “aceitar que ele [o Édipo] só pode existir numa coletividade, que é teórica, mas também política” (Ambra, 2022, p. 150).

O movimento proposto nessa pesquisa de trazer o olhar para essa figura invisibilizada que é a babá, buscando retirá-la da marginalidade também teórica, pode fazer parte desse caminho de questionar e buscar descolonizar a teoria psicanalítica,

permitindo que esse Édipo possa ser revisitado, considerando outros personagens que o circundam.

Apoiado nas formulações e elaborações apresentadas nesse tópico é possível sustentar que há invisibilizações e falta de reconhecimento de certas figuras na produção da teoria psicanalítica que estão relacionadas a formas de opressões que se estabelecem no campo social. Como dizem Marino *et. al* (2022), o apagamento da figura da babá, ou da mãe-preta como chamam, na produção teórica reitera desigualdades e é mantido por um pacto social, responsável por produzir sofrimentos e pela manutenção de uma estrutura reproduzida ao longa da história.

Essa é uma análise rica a este trabalho pelas possíveis aproximações que podem ser feitas entre a invisibilização da babá na teoria psicanalítica e a invisibilização percebida nas relações com as famílias a que se pretende investigar essa pesquisa. Na compreensão das duas formas de invisibilização os atravessamentos sociais precisam ser considerados, apesar de o apagamento da babá na teoria psicanalítica não ser o eixo principal a que esse trabalho pretende se aprofundar.

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO

Diante do que foi aqui apresentado, percebem-se as sistemáticas invisibilizações pelas quais passam as babás. A figura e importância das babás são encobertas e apagadas na história, nos registros, nas relações familiares e na produção teórica. Sendo assim, esse trabalho se propõe a lançar luz a esse grupo de cuidadoras, presentes há gerações nos lares brasileiros, mas repetidamente invisibilizadas.

Para tanto, faz-se necessária a reflexão sobre a criação e o cuidado dos bebês na atualidade, com enfoque em quem é aquele que se ocupa desses cuidados e, principalmente, como é reconhecida a importância tanto do cuidado, quanto do vínculo que a partir daí se estabelece.

#### 3.1 Objetivos

É possível identificar nas relações familiares diferentes formas de invisibilização e de apagamento da figura da babá, assim como da importância de seu vínculo com o bebê e do afeto aí envolvido, mesmo se tratando de alguém que exerce cuidados e funções essenciais.

Por meio da análise da dinâmica de famílias que contam com o serviço de babás para auxiliarem nos cuidados e na criação de seus filhos, busca-se identificar os lugares que são ocupados por seus membros e pelas babás, como são reconhecidos e as narrativas por eles produzidas sobre suas posições.

Esse trabalho tem a intenção de fazer questão a essa invisibilização, evidenciando importantes pontos acerca do que não é, ou não pode ser reconhecido nessa complexa relação que envolve trabalho, vínculo e afeto.

Ressalta-se, aqui, o fato de a babá representar uma importante intersecção entre a vida pública e a privada, se colocando no lugar de “entre”. Ela está dentro da intimidade familiar, no interior dos lares, testemunhando o que há de mais privado, mas sem que seja parte incluída dessa relação, posição bem ilustrada pela famosa expressão de ser “quase da família”. Nessa posição a babá não é reconhecida em sua totalidade, seja a respeito de sua importância, de seu afeto, de seu trabalho ou de sua condição de sujeito. Pretende-se, nessa análise, observar e discutir essa condição de ser “entre”, ser “quase” e a relação da condição com o seu reconhecimento.

Ainda que reiteradamente invisibilizada e não reconhecida em tantos cenários, este trabalho se propõe a trazer a figura da babá para a centralidade da cena e da produção, escutando sua presença nas dinâmicas familiares e sua posição em diferentes discursos, levando em consideração importantes atravessamentos sociais e as relações de poder que compõem com esses discursos.

### **3.2 Método**

A partir das balizas da pesquisa em psicanálise, este trabalho se propõe a analisar e refletir acerca do laço constituído entre babás e famílias contratantes de seus serviços. Enquanto uma pesquisa qualitativa, serão levantadas questões a serem refletidas e articuladas com aquilo que já foi produzido no campo, garantindo um importante espaço para a incerteza e novos questionamentos.

Como aponta Iribarry (2003), a pesquisa em psicanálise não se propõe a validar ou replicar teorias, mas visa a reflexão acerca de um aspecto específico em meio a todo o campo psicanalítico. A contribuição da pesquisa nesse campo de saber, portanto, procura ampliar o saber pela problematização de certo ponto.

Já, desde Freud, o método psicanalítico é apontado como comum tanto para a investigação, quanto para o tratamento. Mussatti-Braga (2015) aponta dois pontos centrais que caracterizam esse método como comum: o fato de se basearem em uma relação de fala e de se sustentarem enquanto um processo em que não há um saber a priori.

A questão diferencial da pesquisa em psicanálise, como apontado pela autora, “diz respeito a como a psicanálise formula essa relação de fala e com que tempo a psicanálise trabalha” (Mussatti-Braga, 2015, p. 28), ambos aspectos pautados no conceito de inconsciente. A pesquisa, seja ela clínica ou teórica, é caracterizada pela relação transferencial, uma relação de fala que inclui o inconsciente dos envolvidos como parte da pesquisa em todo seu processo. Processo esse, que, por também ser pensado a partir da concepção de inconsciente, adota sua concepção de tempo, aquele compreendido no a posteriori.

É com base nesses importantes pilares e concepções de pesquisa em psicanálise que se pretende neste trabalho abrir o debate sobre o reconhecimento (ou não) da importância das figuras que se ocupam dos cuidados dos bebês.

A partir do que pode ser observado na atuação profissional da pesquisadora, busca-se construir articulações com a bibliografia acerca das temáticas envolvidas na invisibilização, como a função materna, o maternar e o cuidar, o lugar social da maternidade, incluindo o que foi produzido sobre quem exerce tais funções. Essa articulação se dará por meio de análise de cenas observadas e registradas em diário de campo pela pesquisadora em uma instituição lúdica, onde trabalhou como psicóloga, destinada a bebês de até 36 meses acompanhados de seus cuidadores, sendo familiares ou babás.

### *3.2.1 O Palco: uma breve descrição da instituição*

Antes de apresentar as cenas e conceituar a forma como serão analisadas, é pertinente uma breve descrição dessa instituição.

Trata-se de um espaço de brincar localizado em um bairro nobre da cidade de São Paulo, que tem como frequentadores membros das altas classes econômicas da cidade. A proposta desse lugar é de acolhimento e escuta das famílias e de acompanhamento do desenvolvimento dos bebês durante os primeiros meses de vida, em um ambiente lúdico e coletivo, que conta com uma equipe de psicólogos e educadores. É um espaço que tem como uma de suas inspirações a Maison Verte e a teoria de Françoise Dolto, buscando garantir a escuta em um espaço que se encontra entre a prática clínica e o lúdico, assim como a teoria de Emmi Pikler e o incentivo à autonomia do bebê.

Com a intenção de se colocar como intermediário entre a cena familiar e a entrada na escola, a instituição se propõe a acompanhar as famílias, por meio da escuta, nesse período tão inaugural da relação entre pais e bebês, assim como proporcionar o encontro entre famílias. A equipe formada por psicólogos se coloca disponível para ouvir aqueles que acompanham os bebês, sejam eles pais, mães, avós, babás ou outros. As palavras sobre os afetos e as angústias que o cuidar de um bebê pode trazer são convidadas a circular.

É interessante ressaltar essa característica de “entre”, em que a instituição se coloca, pois é possível traçar aproximações com o lugar também de “entre” em que este trabalho reconhece a babá. Ambos conseguem acessar aspectos intermediários entre a vida privada e pública, mostrando-se uma combinação intrigante para a análise das cenas ali vividas.

O ambiente é todo pensado para o brincar e a livre exploração dos bebês, para que eles possam circular com segurança e autonomia. A preparação desse ambiente é de suma importância não só para o aproveitamento e desenvolvimento dos bebês, mas também para que os adultos possam sair de um estado de alerta e preocupação constante com os possíveis riscos que podem ser encontrados por seu pequeno. Essa possibilidade de um certo relaxamento permite a circulação da palavra e a construção de vínculos com a equipe de psicólogos.

A instituição ainda apresenta outro aspecto de grande valia que é o encontro de pares e a construção de rede entre os adultos. Pais, familiares e babás podem se encontrar, se reconhecer e compartilhar angústias e descobertas, podendo construir juntos suas formas de cuidar.

As cenas selecionadas foram vivenciadas nesse local sem a pretensão prévia de fazerem parte da elaboração da pesquisa, o que também tem efeitos importantes a serem considerados. Foram cenas cotidianas, possibilitadas pelo *setting* da instituição, no convívio corriqueiro entre bebês, babás, familiares e membros da equipe.

A intenção desse trabalho não é de análise à instituição e as possibilidades de atuação da equipe de psicólogos, mas sim de análise das cenas em si e de suas narrativas, tomando a instituição como palco que possibilitou seu acontecimento. Dessa perspectiva, é importante considerar que, tanto os sujeitos da pesquisa, quanto a pesquisadora foram personagens que participaram das cenas em questão. Os diálogos e as trocas ocorreram a partir de um vínculo previamente construído entre os indivíduos e com a instituição em si.

Destaca-se que as cenas envolvem um processo transferencial já estabelecido previamente entre os personagens das cenas e a instituição, bem como entre os frequentadores e os psicólogos da equipe. Diferente de outras formas de pesquisa, como entrevistas, em que a transferência se estabelece no momento da coleta de dados, uma relação de transferência já havia sido estabelecida, se apresentando como importante marca desta pesquisa, sendo valorizada na escolha da análise das cenas enquanto metodologia.

### 3.2.2 *Registro das cenas*

A partir das vivências da pesquisadora nessa instituição e as questões que elas suscitaram, surgem as demandas que mobilizaram a elaboração dessa pesquisa. Após essas experiências, em um tempo posterior, as cenas foram revisitadas e, então, registradas. É importante destacar esse processo, pois a presença e escuta da autora nas cenas não se deu no lugar de pesquisadora, mas de psicóloga. Além de manter o caráter cotidiano da cena, essa diferença tem efeitos na forma como a narrativa das cenas pode ser escutada e analisada no a posteriori.

Para esse registro, utilizou-se o diário de campo como instrumento para retratar com profundidade as relações sobre as quais a pesquisa se debruça. Em cenas cotidianas, com sujeitos já vinculados, em um espaço conhecido, essa profundidade é apresentada de forma sutil. Os conteúdos analisados puderam emergir de forma fluida e natural, o que nem sempre é possível em outras formas de coleta de dados.

No diário de campo, a análise se torna possível pela transcrição das cenas vividas e observadas em texto. É por meio da escrita que o pesquisador registrará suas experiências, produzindo novos significados. No processo da escrita já são colocadas suas impressões e interpretações. Com esse recurso, o que foi vivido pode ser, a posteriori, interpretado e compreendido. Assim, depois de ter participado das cenas, o pesquisador pode refletir, de forma distanciada, o que observou, dando maior atenção aos elementos que pretende evidenciar (Iribarry, 2003).

Iribarry (2003) realiza uma aproximação entre o diário de campo e o diário clínico, por se tratar de um espaço para registrar não apenas o ocorrido, mas possíveis associações que possam surgir, criando uma trama, a partir da qual a análise de dados será feita, teorização que se mostra rica à proposta dessa pesquisa.

Nessa aproximação entre as formas de diário, a conversão das experiências vividas em texto pode ser vista como dirigida pelo instrumento da transferência, assim como a singular escuta analítica orienta a leitura do diário clínico. As significações produzidas pela pesquisa são frutos dos significantes que surgem na experiência do pesquisador e são por ele registrados. Nessa visão, cada termo novo que o texto traz, abrange a compreensão acerca do aspecto ou tema investigado. Com essa aproximação, reconhece-se o diário de campo como uma ferramenta muito interessante para as pesquisas em psicanálise (Iribarry, 2003).

As anotações realizadas em um momento seguinte à experiência trazem um aspecto importante dessa forma de registro, pois garantem um certo lugar de estrangeiro ao pesquisador, que compartilha suas impressões apenas no a posteriori, podendo reconhecer a discussão que levanta a partir de uma rede de significantes coletivos. (Iribarry, 2003).

A observação em diário de campo possibilita a análise das relações e a interpretação dos discursos que podem ser encontrados na interação entre os sujeitos, em seu acontecimento cotidiano. Com a inscrição do que foi observado e escutado nas cenas, pretende-se poder articular aquilo que foi encontrado e interpretado com a produção teórica já existente sobre as temáticas envolvidas.

Gurski (2019) conceitua uma importante aproximação do diário de campo à produção de pesquisa no campo da psicanálise, que se mostra de grande valia a essa pesquisa, no que define como diário de experiência. Trata-se de um dispositivo de registro de vivências em campo, no qual a transferência também é um importante aspecto a ser levado em conta. Por meio de uma escrita norteada pela associação livre, a ideia é de transformação das vivências em experiência, enquanto a pesquisa é, também, compartilhada.

Essa possibilidade de escrita surge a partir de uma forma específica de escuta: a escuta psicanalítica. Esta é pautada no conceito metodológico freudiano da atenção flutuante em que a condição adotada pelo analista permite que as formações do inconsciente sejam identificadas nas entrelinhas do que lhe é dito, sem que algo específico seja buscado. Retomar essa orientação de Freud ao elaborar esse diário evidencia o fato de que não há maior ou menor importância dentre os detalhes do que é narrado. Tanto a narrativa completa, quanto os fragmentos que saltam aos ouvidos do pesquisador, podem ser registrados e comporão o que será analisado a posteriori (Gurski; Strzykalski, 2018). Como já indicado, as cenas foram observadas pela pesquisadora na condição de psicóloga da instituição, apoiada nos saberes e nas técnicas psicanalíticas. Sendo assim, utilizar-se de sua forma de escuta na elaboração dos registros pode trazer aspectos de grande relevância às cenas.

Gurski e Strzykalski (2018) complementam que a produção desse diário de experiência segue a lógica freudiana do tempo a posteriori, pautando a temporalidade na pesquisa em 3 tempos: um primeiro onde se dá a escuta do acontecimento, do discurso;



um segundo referente a uma intervenção do pesquisador a partir do que pode se destacar em sua atenção flutuante e que pode ser ressignificado, para chegar em um terceiro tempo, no qual esse primeiro tempo se transforma, ganhando novos sentidos, ao ser registrado, por meio dos deslizamentos realizados na linguagem. A passagem por esses três tempos faz-se necessária para que o pesquisador possa atribuir esses sentidos a sua experiência, podendo, assim, construir uma narrativa do que foi vivido. Nessa escrita, pode se dar conta do que encontrou, mas que sempre esteve ali.

Sendo assim, o registro dos diários de experiência é apresentado como uma maneira de se manter fiel às premissas da psicanálise, uma vez que na escrita em associação livre, o pressuposto da imprevisibilidade deve ser seguido, assim como na clínica. A escuta e o registro se dão sem qualquer pretensão prévia do que será encontrado, abrindo espaço para o efeito das surpresas, que só se apresentam na experiência da transferência. Isso só é possível, devido à outra temporalidade que pode compor o momento da escrita do que foi vivenciado, no a posteriori, permitindo que a escuta, junto com a implicação e a transferência do pesquisador sejam preservadas (Gurski, 2019).

A partir das conceituações dos diários de campo e de experiência, as experiências vividas pela pesquisadora em sua prática como psicóloga na instituição apresentada foram revisitadas e registradas. Em seu retorno às cenas vivenciadas, selecionou aquelas que traziam diferentes aspectos da relação que se estabelece entre as babás, os bebês e as famílias, onde o vínculo revelado entre as figuras pode ser pensado, encontrando tanto cenas em que é evidenciado, reconhecido, quanto as que é encoberto ou invisibilizado. Assim, buscou-se compor um conjunto de cenas em que a babá, sua posição nas famílias e as possíveis formas de invisibilização não apresentassem um fenômeno homogêneo, mas que suas diferenças e complexidades pudessem ser debatidas.

As observações e intervenções realizadas pela autora em sua atuação ocasionaram reflexões que puderam se transformar nesta pesquisa teórica. As cenas trazem temas, levantam questões e abrem espaço para o diálogo entre a experiência e os temas que são desenvolvidos teoricamente. Cenas vividas de forma corriqueira, sem a intenção prévia de fazer parte de pesquisa, foram retomadas por levantarem debates e questões pertinentes e foram, então, transcritas na forma de diário, para posteriormente serem analisadas.

### **3.3 Análise das cenas**

As cenas vividas, observadas e registradas pela psicóloga-pesquisadora são analisadas neste trabalho a partir da leitura psicanalítica. Dentro de uma perspectiva de pesquisa teórica e qualitativa, pautada por importantes pilares da escuta psicanalítica atravessada por questões sociais, escuta-se a presença das babás na dinâmica das famílias e, assim, identificam-se os lugares que são ocupados por seus membros, como são reconhecidos e as narrativas por eles produzidas.

A proposta que se apresenta é a construção de reflexões teóricas a partir dos temas surgidos no campo de atuação da pesquisadora, apresentados nas cenas trazidas, com base em conceitos psicanalíticos que compõem com o diálogo e o desenvolvimento teórico. Esse diálogo entre a teoria e as cenas marca o rico e necessário debate que pode ser construído dentro de uma visão psicanalítica que se propõe a olhar para questões sociais.

Partindo da metodologia e, portanto, da ética da psicanálise para essa análise, é imprescindível considerar a transferência na pesquisa, como ponto de partida, estando ela presente em qualquer elaboração teórica que se pretenda psicanalítica. Mais do que utilizar o arcabouço teórico da psicanálise e aplicar seus conceitos, é necessário que a investigação seja constituída a partir da transferência, ao se colocar em campo. Dessa forma, a transferência na pesquisa se apresenta como conceito essencial no processo de interpretação, assim como marca fundamental do método da própria pesquisa (Mussatti-Braga, 2015).

Segundo Rosa (2015), aquilo que se pretende observar na pesquisa é construído entre o investigador e seu interlocutor na transferência, na experiência com o outro, sendo necessário levar em consideração as posições e os laços discursivos, na medida em que a experiência do sujeito é escutada. Assim, estabelece-se uma interação entre fenômenos observados e a teoria produzida, sem que o objeto esteja previamente dado, mas sendo produzido por meio da transferência. A transferência, portanto, pode ser assumida enquanto instrumento e método de pesquisa.

Nessa concepção de pesquisa e psicanálise, o pesquisador-psicanalista se coloca a serviço da questão que se apresenta em transferência, opondo-se à aplicação de teorias pré-estabelecidas, mas se encaminhando na direção que vai do fenômeno ao conceito (Rosa, 2004).

Assim como o surgimento desta pesquisa diz da relação de transferência da pesquisadora com a instituição, com seus frequentadores e com o tema investigado, que pode emergir em meio à sua atuação profissional, é também pela transferência das famílias e das babás com a pesquisadora que o material debatido pode ser escutado. O que surge de conteúdo a ser analisado tem, como condição de ser encontrado, a relação transferencial estabelecida com a psicóloga-pesquisadora.

Considerando o inconsciente, escutando-o por meio da relação de transferência, as cenas são lidas, escutadas e analisadas, de modo que a implicação da pesquisadora na investigação pode fazer questão ao que está naturalizado e que não sabia previamente que iria encontrar.

Essa leitura-escuta se dá a partir de conceitos clínicos, mas em articulação com a prática psicanalítica clínico-política, definida por Rosa, Berta, Carignato e Alencar (2009, p. 498) como “campo epistemológico ético e político que leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de seus processos em contextos de exclusão e violência”. A análise das cenas pode trazer essa articulação entre o social, o político e os atravessamentos do inconsciente, por considerar os sujeitos presentes como “enredados nos fenômenos sociais e políticos” (Rosa, 2004, p. 331).

Para essa consideração é fundamental levar em conta que os sujeitos produzem e se inserem no laço social, por meio da linguagem. Ou seja, os discursos, as relações de linguagem, definem as formas de inserção no laço e a distribuição do gozo, de modo que não se pode conceber o sujeito sem articulá-lo à sociedade, ao lugar que ocupam no discurso (Rosa, 2004).

A partir disso, se reconhece a subjetividade em articulação ao laço social e o lugar nele ocupado. Rosa (2004) destaca que a respeito da organização social, há enunciados e enunciações nas cenas sociais que explanam sobre o imaginário dos grupos sociais e isso atribui lugares específicos aos sujeitos. A autora utiliza o conceito de imaginário social, seu caráter histórico-social e político-libidinal, para analisar o lugar concreto que se ocupa na sociedade, com base em significações, normas e lógicas.

Pode-se, a partir disso, olhar o efeito desses lugares nos sujeitos ou fenômenos sobre os quais se investiga, assim como reconhecer se são considerados, ou não, em sua condição de sujeitos, de humanos. Ao buscar refletir sobre o lugar de invisibilização que as babás ocupam nas cenas, é imprescindível considerar os atravessamentos de suas

posições no laço social, no imaginário social e nas produções dos discursos sobre esses fatores nas questões inconscientes que se pretende escutar.

Assim, pautada no modelo de método de investigação psicanalítica aqui debatido que se constrói essa análise, na qual a pesquisa é considerada em transferência, sendo os sujeitos envolvidos – tanto os pesquisados, quanto a pesquisadora – reconhecidos como inscritos em uma rede discursiva considerada política e libidinal (Rosa, 2002).

Com base nessas conceituações, pretende-se analisar as cenas considerando as posições ocupadas por cada um de seus personagens no imaginário social e quais os efeitos dessas posições na forma como se colocam e são colocadas no laço. Com essa espécie de filtro, escuta-se o que chama atenção em cada cena, o que salta aos ouvidos da pesquisadora, assim como o que se repete nas cenas, o que há de comum e de distinto entre elas.

A reflexão acerca do lugar ocupado pela babá nas cenas e seus efeitos, traz importantes elementos que compõem com a discussão dessa invisibilização e do reconhecimento desse lugar, da relação e do vínculo estabelecidos. Entretanto, essa reflexão não pretende o estabelecimento de conclusões normativas ou generalizadoras, ou mesmo alguma forma de psicologização desse fenômeno. A intenção não é de estabelecer certa justificativa padronizada, ou mesmo qualquer conclusão definitiva, uma vez que ao considerar o inconsciente e sua presença nas variadas formas de discurso e manifestação humana, essa investigação assume como central ao seu método e à sua ética a sustentação de um saber não todo (Gurski, 2019).

Acrescenta-se, ainda, que a proposta dessa pesquisa não é de um julgamento moral acerca da contratação ou não dos serviços de babás e cuidadoras, reconhecendo esse serviço como uma saída encontrada nessa sociedade para a divisão de cuidados que a criação dos filhos exige. O que é sim colocado em questão são as formas de invisibilização a que frequentemente essas funcionárias são submetidas em diversos campos.

### **3.4 Interseccionalidade e relações de poder**

Assumindo esse lugar de invisibilização da babá, é importante considerar na definição de metodologia formas de investigação que possam contemplar a pesquisa que coloca em evidência grupos marginalizados e oprimidos.

Como aponta Mountian (2017), discutindo a questão de pesquisas que trazem temáticas referentes a grupos tradicionalmente marginalizados, foi necessária a construção de metodologias que buscassem romper com a lógica desses mesmos grupos serem mal representados, ou subrepresentados, com frequência definidos pelas suas diferenças ao grupo tomado como norma. A autora argumenta que nessas formas de fazer pesquisa é imprescindível contextualizar a ciência e o processo de pesquisa, assim como considerar as relações de poder em jogo na investigação, destacando a importância de considerar as intersecções de categorias sociais envolvidas

Colocando-se no lugar de pesquisa crítica, a elaboração desse trabalho e a escolha do método e da metodologia utilizadas, foram inspiradas nas produções feministas pós-coloniais e decoloniais, incluindo o conceito da interseccionalidade, cunhado por Crenshaw (2002), que aponta as consequências, tanto estruturais quanto dinâmicas, da interação entre eixos de subordinação distintos, se referindo às desigualdades criadas pelas opressões da ordem de raça, gênero, classe e outros sistemas discriminatórios.

Desse modo foram consideradas as relações de poder envolvidas, tanto no material analisado, quanto na relação entre a pesquisadora, as demais personagens envolvidas na pesquisa e a instituição. Uma pesquisa que busca colocar a babá em evidência, ao discutir, justamente, a sua invisibilização, não pode deixar de considerar a intersecção das categorias de raça, classe e gênero que se coloca tanto no fenômeno de seu apagamento, quanto na forma de pesquisá-lo. Tal como considera Akotirene (2019, p. 15), a interseccionalidade se coloca como um “sistema de opressão interligado”, ou seja, nessa invisibilização, o ser mulher, o ser pobre e o ser negra estão em jogo e mutuamente agravam a opressão sofrida por cada uma das categorias.

A autora aponta que a interseccionalidade, enquanto proposta metodológica, localiza a experiência do racismo em meio às outras estruturas de opressão. Trazendo, assim, uma visão necessária acerca da sobreposição dessas estruturas e os singulares encargos que recaem sobre as mulheres negras a partir disso, indicando a responsabilidade

do padrão colonial moderno no estabelecimento deste sistema de opressão (Akotirene, 2019).

Ressalta-se que considerar a interseccionalidade é de grande importância metodológica, fundamentando o reconhecimento das categorias raça, classe e gênero em meio à pesquisa, sem que fiquem reclusos às narrativas de excluídos, ou sejam considerados como aponta Akotirene (2019, p. 30) um “problema negro” ou “problema da mulher”.

No levantamento de bibliografia para essa pesquisa, grande parte do material encontrado que discute a temática das babás aponta em seu desenvolvimento a escassez de material produzido acerca do tema, bem como o lugar nebuloso e encoberto que essa figura costuma ser representada. Entretanto, não foi incomum que essas mesmas produções que traziam esses apontamentos, mantivessem em sua discussão as babás nessas mesmas formas de representação, categorizando de forma homogênea suas questões e relações, não levando em consideração suas singularidades e subjetividades, ou as mantendo em espaços marginalizados da produção teórica.

Desse modo, esse trabalho se compromete em colocar a babá em evidência, preocupando-se tanto com a forma com que a representa, como com a consideração das relações de poder e interseccionalidade que se colocam nesse debate.

### **3.5 Sigilo**

Para garantir a ética da pesquisa e o sigilo dos envolvidos na pesquisa de campo, as cenas aqui apresentadas são fruto da composição de elementos observados em mais de uma cena. Ou seja, foram construídas cenas ficcionais a partir de diversos recortes retirados de cenas distintas, mas que se assemelhavam no aspecto a que a cena pretende discutir. Todos os nomes e informações sobre os participantes são também fictícios. Dessa forma, os diálogos e cenas representadas foram todos vivenciados na instituição, mas não em uma mesma ocasião e na disposição que foram representados.

Essa composição é possível pelo que aponta Nasio (2001) sobre o caráter assumidamente ficcionais das resenhas clínicas, onde o analista (ou pesquisadora nesse caso) é colocado em jogo no movimento da análise e a cena é utilizada não apenas como uma comprovação, um testemunho, do conceito a ser apresentado, mas como abertura para um debate trazido pelo conceito. A partir dessa discussão o autor aponta que “o relato

de um encontro clínico nunca é o reflexo fiel de um fato concreto, mas sua reconstituição fictícia” (Nasio, 2001, p. 17), uma vez que é um relato criado na reconstrução da lembrança da experiência, atravessada pelo olhar sobre a teoria que busca discutir.

Preserva-se também, com a mesma intenção de manter o sigilo sobre os envolvidos, o nome ou demais informações sobre a instituição.

Acrescenta-se que a pesquisa está de acordo com o Art. 1º, da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, parágrafo único que versa sobre as pesquisas que estão liberadas da avaliação do CEP/CONEP, do qual destaca-se o inciso “VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”.

## PARTE II

Aqui se inicia a segunda parte desta pesquisa. Após a introdução teórica e metodológica, serão apresentadas cinco cenas selecionadas por trazerem diferentes aspectos da invisibilização das babás nas dinâmicas familiares. Quantas fossem as cenas, seriam as distintas dinâmicas que poderiam ser encontradas, já que, como dito anteriormente, não se pretende uma leitura homogênea ou genérica do fenômeno da invisibilização. Com a análise das cenas serão aprofundados importantes pontos que se destacam na constância que puderam ser encontrados, em meio as individualidades de cada registro.

Cada uma das cenas, que leva como título uma frase emblemática e marcante do que se pode nela ser reconhecido de invisibilização da babá, abre a discussão sobre um aspecto desse fenômeno, para que se construa uma articulação entre ele e noções relevantes da teoria psicanalítica.

### 4. “JÁ JÁ VOCÊ DORME A NOITE TODA E A CARMEN VAI PODER DORMIR NO QUARTO DELA”: ENXERGANDO O INVISÍVEL

*Carolina, chega na instituição pela manhã, depois de sua aula de pilates, encontra seu filho brincando na caixa de areia e o leva ao colo, dando-lhe um beijo e diz: “Bom dia, meu amor”. Virando-se para Carmen, a babá, questiona:*

*- Ele dormiu bem?*

*- Até que sim. Acordou por volta das 3h da manhã, mas tomou seu “tete” e logo voltou a dormir. – Responde Carmen*

*- Que ótimo, Cadu! Já já você dorme a noite toda e a Carmen vai poder dormir no quarto dela! Hoje volto para casa só no fim da tarde. Minha mãe leva vocês para a casa e a Rose vai deixar o almoço pronto, ok? Tchou, meu filho, mamãe te ama. – diz devolvendo seu filho à caixa de areia e saindo.*

Quanta energia está envolvida no longo período de noites mal dormidas que a chegada de um bebê ocasiona? A privação do sono que os cuidadores de um bebê enfrentam no início de sua vida representam de forma bastante simbólica o tamanho do investimento exigido nos seus cuidados. E o que é, afinal, que mobiliza esse enorme investimento?



Quando essa relação de cuidados se dá entre mãe e bebê, onde a literatura costuma se basear e se aprofundar, esse investimento ocorre em nome de um desejo particularizado, fundado a partir de questões narcísicas e posicionado em uma cadeia de filiação e transmissão, como sustenta a noção de função materna, que será desenvolvida adiante no capítulo 7.

Por ora, é válido indicar que a função materna diz desse investimento realizado pelo sujeito que se coloca como cuidador primordial de um bebê, necessário à sua constituição subjetiva, que permeia seus cuidados e essa relação.

Entretanto, no que traz a cena, a pessoa encarregada de atravessar as noites se ocupando do bebê e se investindo em seus cuidados não é a mãe ou algum familiar, é a babá. E apesar de assumir a tarefa que demanda tamanho investimento, não parece, ao menos no recorte da cena, ser reconhecida enquanto uma figura de importância. A cena é bastante explícita para introduzir a problemática a que se propõe o debate neste trabalho. Ao contrário de ser reconhecida, Carmen não é sequer cumprimentada e parece estar na dinâmica da família como mais uma das personagens que garantem a organização formulada por Carolina.

Para dar início à discussão sobre a invisibilização da babá, é necessário considerar de onde parte a relação que se dá entre bebê e babá. Tanto o cuidado, quanto o vínculo que dele se estabelece se constroem a partir da prestação de um serviço por parte da babá, de modo que a relação com o bebê é o seu trabalho. Sendo assim, o enquadre de onde esse vínculo parte não é sem efeitos tanto para a relação entre eles, quanto para o seu reconhecimento.

Muito embora não seja nada incomum que a partir dessa relação o afeto entre em cena. A intensa convivência, a presença no processo de subjetivação, as identificações que as trocas com um bebê convocam, o contato corporal e tantos outros aspectos podem tecer um forte vínculo regado de sentimentos e afetos entre a prestadora de serviço e “seu” bebê, que em muito se aproximam do que se estabelece entre bebês e seus familiares.

Essa intensa relação é intermediada pela remuneração. Ela se constrói na atuação profissional da funcionária e é sua fonte de sustento, o que se coloca como um dos distanciamentos entre seu trabalho e uma relação familiar, ou talvez como a única distinção clara. Distinto do lugar familiar, a relação se coloca na posição econômica de

sustento, de trabalho enquanto fonte de remuneração. Contudo, é evidente que a separação entre trabalho e afeto não é nada simples.

Cancelmo e Bandini (1999) sustentam que o próprio pagamento, o dinheiro, pode auxiliar no distanciamento, na lembrança de que esse bebê não é da babá. Ao mesmo tempo que Vieira (2014, p. 135) apresenta a presença do afeto como “forma de sobrevivência dentro do mundo do trabalho, de tornar a lida cotidiana mais doce”.

Essa nebulosa mistura ainda engrossa o caldo do cenário brasileiro, onde as condições laborais são tão fragilizadas. Lima (2019) realiza uma importante articulação da fusão entre laços de trabalho e laços afetivos encontrada nessa relação com a precariedade e a habitual informalidade dos vínculos empregatícios que envolvem a categoria:

É como se em determinado momento a oferta da mão de obra da empregada doméstica ou da babá aos patrões que por ela se interessam viesse a se tornar secundária diante da sensação de pertencimento à família contratante, da comunhão identitariamente retroalimentada de uma mesma causa tácita que recebe o nome de maternidade (Lima, 2019, p. 30).

E complementado por Vieira (2014, p. 135): “Cabe salientar que o afeto talvez seja um dos fortes grilhões da nossa sociedade, pois ele amarra justamente as entranhas da interseccionalidade”. A autora define a presença do afeto nessa relação de trabalho como “mediador, controlador ou alívio da relação de superexploração” (Vieira, 2014, p. 123).

Ou seja, o afeto e mesmo a sensação de pertencimento à família se somam à relação de trabalho estabelecida pela babá, ao pagamento, ao seu sustento, nessa curiosa equação de suas escolhas no quanto se envolve na constituição subjetiva do bebê, quais as marcas simbólicas que lhe imprime e o quanto se investe.

Na fragilidade dos contratos encobertos pela neblina do pertencimento, do ser quase da família, há também algo da ordem de uma certa perversidade, que mantém ativa uma relação de servidão e uma organização social, onde a existência de criadas e serventes garante a superioridade da elite, ainda mais marcada pelas diferenças de raça e de classe (Vieira, 2014).

Pela relação que se dá entre Carmem e a mãe de Cadu se evidencia que não necessariamente a família que contrata os serviços da babá fará coro tanto ao afeto, quanto

ao lugar de pertencimento. Apesar do que pode sim se estabelecer entre bebê e babá, não é raro que a família não os reconheça. Como ocorre com Carolina, a própria existência de Carmen, enquanto sujeito, praticamente não é reconhecida, quando nem a cumprimenta ao encontrá-la. Neste contexto, dificilmente um vínculo, uma relação e sua importância serão reconhecidos.

É curioso que, mesmo que não possa ser reconhecida enquanto pertencente à família, nessa casa há um quarto que é de Carmen. Esse detalhe é completamente normal aos projetos arquitetônicos brasileiros e pode muito facilmente passar sem chamar atenção. Contudo, convida-se nessa reflexão que isso seja notado. À funcionária, que não é reconhecida ou cumprimentada, empresta-se um quarto da casa dos patrões, no qual ela mesma não pode dormir, por ser definido por Carolina o momento em que o bebê poderá dormir sozinho e ela frequentar o aposento concedido.

A relação de servidão fica, assim, escancarada na forma como Carmen habita a casa – que não é sua, mas é onde vive –, no não ser cumprimentada e também no não reconhecimento da importância de seu trabalho. Tudo isso representado de forma tão corriqueira e habitual que passa facilmente despercebido, não só na existência do quarto de serviço, como também no silêncio de Carmen diante desse diálogo, onde responde apenas ao que lhe é perguntado. Não parece haver em Carolina – e em tantos outros patrões – constrangimento algum em não considerar a presença de sua funcionária ao não cumprimentá-la, ao que Carmen assiste em silêncio. Sobre esse silêncio, não se pode concluir como se sente a funcionária no lugar de invisível que é colocada, já que nada foi dito. Por ele, é possível supor desde um enorme incômodo, até uma situação tão repetida em suas vivências que já não é notada.

Brites (2007) aponta como a segregação de espaços é didática às crianças como uma forma de distância social. As separações de espaços e funções transmite às crianças de forma natural o não pertencimento de determinados sujeitos ao seu mundo. Somando-se a ocorrência de espaços de serviços à remuneração e à relação de trabalho, bem como às diferenças socioculturais, vão sendo transmitidas às crianças a separação e as marcas de que essa relação não é uma relação familiar, ainda que haja nela amor ou afeto.

Com a proposta de fazer questão a esse não reconhecimento, é imprescindível a esse trabalho considerar os atravessamentos sociais envolvidos na invisibilização de uma atuação que parece estar tão próxima da familiar. Há impeditivos contundentes ao

reconhecimento dessa figura que representaria toda uma categoria de mulheres negras e das classes baixas.

No escasso arcabouço de produção teoria acerca da babá e, mais especificamente, de sua invisibilização, alguns autores sustentam importantes hipóteses sobre operações psíquicas que estariam envolvidas no processo de apagamento da figura da babá das lembranças daqueles que foram por elas criados, em associação a questões sociais que permeiam a relação. Apresentam-se a seguir duas dessas leituras:

A primeira delas é a de Rita Segato (2006), em seu trabalho “Édipo Brasileiro: A Dupla Negação de Gênero e Raça”, em que propõe o necessário olhar sobre a reprodução da teoria do Édipo em território brasileiro. A autora sugere uma outra triangulação constitutiva, a partir do reconhecimento de duas figuras que ocupam o lugar materno, desdobrando a maternidade entre a mãe que toma conta, a babá, ou mãe substituta como chama, e a mãe biológica/jurídica.

Diante da negação da importância da babá na constituição subjetiva das crianças, reforçada pela ausência da sua inscrição nos textos acadêmicos, Segato (2006) sugere a ocorrência de uma forclusão<sup>6</sup> dessa mãe substituta. Com enfoque na questão de raça que permeia a relação, a autora utiliza o conceito de forclusão com a intenção de apontar para uma dupla negação: nega-se simultaneamente o materno e o negro da mãe-preta, sendo impossível reconhecer tanto as marcas fundantes deixadas por elas no psiquismo dessas crianças, quanto a sua negritude.

Lélia Gonzalez (1984), por outro lado, é mais categórica e não faz divisão entre mães ou entre funções, mas afirma que a mãe-preta é, na verdade, a mãe. Refere-se à mãe branca como “a outra”, afirmando que esta não exerce função materna. É nos cuidados da babá que se transmite valores, ensina-se a língua materna – o “pretuguês” (Gonzalez, 1984, p. 235) – e se tem contato entre corpos erógenos. A autora interpreta a negação de sua importância pelo recalçamento. O recalque recai sobre a presença das mulheres negras

---

<sup>6</sup> Em encontro realizado pelo Laboratório de Psicologia Política e Sociedade do IPUSP em novembro de 2021, Rita Segato afirmou que o termo por ela utilizado – a forclusão – para se referir ao apagamento vivido pela babá não é exato, assim como denegação (mais utilizado sobre o tema). Isso por se tratar de algo que é negado, mas que permanece presente na psique na forma de uma experiência de “endoóidio”. A autora sugeriu a necessidade de encontrar outro nome a essa forma de se negar a babá.

no âmbito doméstico das famílias brancas, negando seu estatuto de sujeito humano e as colocando no lugar de objetos.

A proposta de Gonzalez (1984) tem ainda mais uma importância a esse trabalho por apresentar uma operação que se dá não apenas no sujeito criado pela babá, mas também na relação da família com a funcionária, como causa do que é invisibilizado sobre a relação com ela e que tem a ver com a sua raça.

A partir desse olhar da negação de Lélia Gonzalez, Silveira (2022) ainda complementa que o racismo presente nesse recalçamento “envolve algo de um não querer saber e isso implica assumir a incidência de relações de poder em processos inconscientes, isto é, em cadeias de pensamentos que não obedecem às regras da lógica” (Silveira, 2022, p. 3).

Segato e Gonzalez apontam, seja pela forclusão ou pelo recalçamento, diferentes leituras acerca das defesas utilizadas pelo sujeito para que o lugar ocupado e o afeto envolvido no vínculo com a babá não venham à tona. Em suas elaborações se colocam questões sociais que refletem tanto nos pais das crianças, quanto nos adultos que foram criados por babás na infância e compõem com a manutenção do lugar social que as babás ocupam, sejam eles pais ou não.

## 5. “O QUE SERÁ QUE LHE TIRA O SONO?”: IMPEDITIVOS DA VISIBILIDADE

*Eduardo, chega acompanhado de sua mãe e de sua babá. Enquanto a babá e o bebê vão brincar e explorar o espaço, a mãe se senta próximo a mim e começa a me contar sobre como as últimas noites têm sido difíceis. Eduardo não está dormindo bem, tem despertado inúmeras vezes ao longo da noite e está mais manhoso. A mãe me pede dicas e me pergunta como poderiam resolver esse problema.*

*Enquanto vou pedindo para que me conte mais sobre como vão as coisas na família, como tem sido a dinâmica da casa, das noites e alguns outros detalhes, para compreender mais o que lhes tirava o sono, aproveito para perguntar sobre a nova babá que acompanha Eduardo hoje pela primeira vez na instituição. A mãe me diz que Fabiana começou nessa semana a trabalhar com eles, pois na semana anterior demitiram a babá que acompanhava Eduardo há quase um ano. Questiono, então, como comunicaram ao Eduardo sobre a saída de sua antiga babá e a chegada de uma nova. Espantada, ela me responde que não disseram nada, afinal, ele só tem um ano e meio e não entenderia.*

*Continuamos a conversa e eu sugiro que talvez fosse importante poder contar a ele que a babá com quem estava acostumado e tinha construído um importante vínculo, não estaria mais com ele e que a partir de agora, a nova babá que cuidaria dele, levantando a possibilidade de que isso até poderia estar envolvido na dificuldade que estavam tendo durante a noite. A ideia lhe pareceu um pouco estranha, mas a mãe disse que iria tentar.*

É possível um bebê que ainda não fala, dizer o que sente? É uma dificuldade comum no início da relação que se constrói entre um bebê e seus pais a angústia em não conseguir identificar o que o pequeno quer comunicar. É necessária uma espécie de adivinhação para supor o que o choro, as expressões, os sonzinhos emitidos querem dizer. É preciso nomear algo que se deduz ser o que sente o bebê e para isso é preciso estar identificado com ele. Em um ato de interpretação e, também, antecipação, esse adulto

humaniza o bebê, a partir da suposição, por meio da qual toma suas manifestações como apelos ao cuidador, atribuindo sentidos a elas (Aragão; Marin, 2014).

Por ainda não falarem, os bebês encontram formas de se expressarem. Seus comportamentos, ou as mudanças deles, seus hábitos podem ser tomados como mensagens a serem interpretadas para se compreender o que se passa. Assim como o caso de Eduardo que parece se recusar a dormir, Marin (2017) refletindo sobre bebês insones, filhos de mães encarceradas, em vias de se separarem, traz a hipótese de que ao ficarem acordados, forcem a presença permanente de um cuidador, resistindo a essa forma de afastamento. A hipótese da autora para esses bebês, em situação tão distinta, parece conversar com uma possível interpretação para o que Eduardo pode buscar expressar em seu comportamento, demandando a presença de seus cuidadores ao não dormir, talvez convocando sua antiga babá.

O trabalho de cuidar de um bebê requer esse exercício de interpretação de manifestações. Para que a nomeação seja possível, ou mesmo eficaz, exige-se que na identificação com o bebê seja considerado seu universo, percebido a partir das respostas dadas por ele: quais são seus gostos e desgostos, o que lhe agrada e o que lhe incomoda, como se sente confortável e como não, o que lhe transmite segurança e quais são os vínculos que lhe são importantes.

A precisão dessa leitura, dessa suposição, depende de um complexo detalhe: a compreensão de que esse bebê, por mais que ainda em processo de constituição e de separação de sua mãe, é um outro, é – pelo menos – um devir de sujeito. Sendo assim, seus gostos, fontes de segurança e mesmo vínculos importantes podem ser distintos daqueles que esse adulto pensaria para si e poder reconhecer essas diferenças não é das tarefas mais simples.

Para a mãe de Eduardo parece estranho, ou até absurdo, considerar que o vínculo que o filho criou com a antiga funcionária fosse algo caro a ele. A justificativa por ela apresentada diz de sua idade, pelo fato de ainda ser tão pequeno não teria compreensão total do que vive, de qual a importância de cada acontecimento, ou ainda, que o ato de não comunicar evitaria a percepção da saída da antiga babá. Essa é uma percepção comum entre adultos, normalmente associada ao fato de não se ter lembranças desse período da vida.

Essa forma de interpretação da situação se mostra curiosa, pois além de desconsiderar a importância do vínculo entre o bebê e sua babá, revela uma compreensão do bebê que não o considera enquanto sujeito, nem a complexidade de sua subjetividade. Há quase uma desumanização do bebê por ainda não comunicar o que sente e por não se ter memórias dessa fase, mostrando-se difícil para algumas famílias considerarem quais afetos podem vir a sentir, que não apenas as necessidades básicas a serem supridas.

Sem dúvida a concepção de que um bebê não entende o que se passa em sua rotina e em suas experiências tem efeitos sobre o não reconhecimento de tão importante vínculo. Entretanto, com o que aqui se discute, nota-se que há outros fatores agindo nesse estranhamento expresso pela mãe de Eduardo. Basta uma alteração na personagem envolvida para serem claras as mudanças de comportamento do bebê: ele não sentiria falta de sua mãe, ou mesmo de um outro familiar presente em sua vida, caso não estivessem por perto? Como poderia expressar essa falta? Os adultos ao redor conseguiriam reconhecê-la?

No capítulo anterior, foi trazido o atravessamento de questões sociais, mais especificamente referentes à classe e à raça, que estão presentes de forma profunda e estrutural na não percepção do vínculo e até do sujeito da babá. Na relação da trabalhadora com a família se articulam também questões subjetivas dos pais, construídas no laço social e, portanto, que muito se relacionam com o lugar da infância e da maternidade no imaginário social.

Para acessar essas questões subjetivas com profundidade é preciso reconhecer que um bebê não é apenas fruto de uma gestação, ele é também a reprodução de um laço social. O lugar social que virá a ocupar varia com a época, o local e o contexto em que nasce. Nos dias atuais, o bebê ocupa um lugar de grande valorização no imaginário social. Há algo de precioso em seu entorno, que convoca, cada vez mais, maiores investimento e uma espécie de sofisticação na qualidade de seus cuidados.

Pode-se dizer que esse lugar é fruto de uma importante mudança de mentalidade sobre o papel da mãe na criação de seus filhos, que marcou a passagem do século XVIII para o século XIX na sociedade europeia. Nesse período, caracterizado por uma relação de negligência com os recém-nascidos, o Estado sofria com muitas crianças abandonadas e decorrentes altas taxas de mortalidade infantil. As mulheres burguesas estavam habituadas a entregarem seus filhos, logo após o nascimento, aos cuidados de escravas,



ou mulheres das classes mais baixas, as amas. Enquanto essas últimas se viam obrigadas a se ausentarem da criação de seus filhos, por conta do trabalho (Iaconelli, 2015).

Para conter os altos índices de mortalidade, onerosos ao Estado, criaram-se campanhas voltadas para a burguesia, incentivando o cuidado materno dos bebês. Publicações passaram a recomendar que as mães cuidassem pessoalmente de seus filhos e os amamentassem, contando com o suporte da ideia – ou mito, como afirma Badinter (1985) – do instinto materno, que seria responsável por disparar nas mães, espontaneamente, o amor por seus filhos.

Badinter (1985) aponta que no final do século XVIII, esse amor materno passa a ser enaltecido enquanto um valor simultaneamente natural e social, assinalando a mãe como a mais indicada, biologicamente, para essa função, discurso que perdura há mais de dois séculos até os dias atuais. A autora destaca o novo lugar social que passa a ser ocupado pela mulher, a partir da exaltação desse valor concebido como sentimento e suposto instinto. A figura da mãe é deslocada do lugar de autoridade para o lugar de amor e ganha destaque com a finalidade de garantir a sobrevivência das crianças. Todas essas mudanças tiveram grande impacto também no lugar social das amas e mães-pretas como visto no capítulo 2.

A valorização da família e o desejo por ter filhos passa a ser apresentada como algo natural e instintivo nas mulheres, deixando de representar uma obrigação para a inserção social e tornando-se um desejo que é inerente a todas elas. Como aponta Iaconelli (2015, p. 62), “a mulher não é impelida a gerar, ela assim o deseja. Ser mãe lhe é tão natural que não sê-lo é uma ofensa à natureza feminina. E por desejar, ela zela por sua cria. Fora disso teríamos o desvio moral, a patologia”.

Desse modo, a maternidade, retratada no período anterior com egoísmo e indiferença, passa a ser associada à devoção aos cuidados dos bebês, reforçada pelo discurso religioso que imperava na época. Entretanto, essa transformação foi custosa e exigiu mudanças importantes de mentalidade, que não poderiam acontecer sem algum ganho para essas mulheres. Iaconelli (2015, p. 71) aponta que o reconhecimento social dessa mãe zelosa foi necessário para dar conta do “estorvo pelo excessivo trabalho e falta de liberdade” envolvidos nessa mudança.

Nesse mesmo período, no início do século XIX, o Brasil vive a transferência da família real portuguesa e sua corte para o seu território e, com isso, um processo de

“europeização” de suas cidades e de seus costumes. As concepções e expectativas do que se refere à família e à maternidade foram afetadas por esse processo, marcado pela ascensão da burguesia vivida na época. A cultura europeia trazia a valorização dessa família amorosa, centrada em seu próprio núcleo e concentrada nos centros urbanos. Movimento esse que, supostamente, age em proteção à mulher e à criança, mas que estima principalmente o poder paterno (Moura; Araújo, 2004).

Assim, no processo colonizatório, junto ao influente discurso europeu, Del Priore (1990) destaca o adestramento das mulheres como parte importante do processo civilizatório e de colonização, a partir de controles e expectativas comportamentais rígidas, amparados pelo discurso da Igreja. O modelo a ser seguido era de submissão tanto para escravas quanto para mulheres livres e a maternidade, apesar de representar algum poder, era associada a uma imagem santificada e de pureza.

Nesse cenário, percebe-se a ascensão de um reinado do bebê, devido à grande valorização de sua vida e de sua sobrevivência que o transformam em um bem precioso e insubstituível. A perda de um filho, que antes assumia um lugar mais corriqueiro, passa a representar uma grande tragédia para a família (Badinter, 1985).

Nesse intenso processo, o que resta para a mulher é o lugar materno como a única modalidade de desejo no suporte tradicional da família burguesa, como afirma Rosa (2020). A maternidade é o lugar garantido e destinado a todas as mulheres no imaginário social e somente ali poderá alcançar reconhecimento e onde deve se encontrar seu desejo.

O reinado do bebê, marcado pela alcunha dada por Freud em Introdução ao Narcisismo (1914) de *sua majestade o bebê*, perdura até os dias atuais. Entretanto, vigora um novo discurso, mais atual, no que diz respeito ao lugar da mãe, do cuidar e do criar um bebê. Diante de uma supervalorização, o discurso técnico e científico foi construindo e conquistando um novo lugar nesse campo do saber: o de especialista no cuidado e criação dos bebês. Teperman (2014), inclusive, relaciona o surgimento do termo parentalidade – que desassociaria obrigatoriamente à mulher/mãe da responsabilidade pelos filhos – a um aumento na demanda pelo especialista do campo da família e da educação.

Desse modo, enquanto o bebê se mantém nessa posição supervalorizada, a maternidade se encontra em desvalorização. Diante da ascensão do discurso do especialista, a mãe perde a imagem daquela que tudo sabe sobre o bebê e, a partir desses

novos saberes, constrói-se uma noção de incompetência dos pais na criação e educação de seus filhos, uma vez que não dispõem desse saber técnico inalcançável, causando o que Teperman (2014) nomeou mal-estar parental.

Entretanto, essa desvalorização do saber parental, em especial da mãe, ocorre sem que outra valorização ao lugar da mulher seja atribuída, de modo que sua não competência é destacada, mas a expectativa de que ela desempenhe bem sua função como mãe se mantém. E é a partir desse ambíguo lugar que a maternidade encontra no laço social, que se aprofunda a discussão sobre as complexas questões subjetivas envolvidas na invisibilização e no não reconhecimento da babá.

Reconhece-se, portanto, essa construção de que a única pessoa indicada a ocupar a função de cuidar do bebê e da família, bem como de estar vinculada dessa forma a ele, seria a mãe. Caso reconhecida a importância do vínculo com outra pessoa, como a babá, perde-se este lugar excepcional e privilegiado, assim como o único lugar feminino de desejo autorizado e sustentado socialmente. Cancelmo e Badini (1999) apontam o não reconhecimento da importância da babá como forma de proteção e defesa, para que não se entre em contato com o conflito e até a culpa – conhecido lugar da maternidade – que a posição das babás no lar e nos afetos da criança podem causar.

Culpa por esse lugar paradoxal em que a maternidade é colocada. Katz (2022) traz como as mães são tomadas enquanto símbolos de segurança e sanidade, ao mesmo tempo que vivenciam em sua maternidade uma experiência contundente de falha e de perda de controle. Este desencontro produz alguns efeitos, é claro que levando em conta as singularidades de cada mãe, mas a culpa materna costuma ser um afeto bastante conhecido.

Há ainda outro ponto presente na insistente defesa que se levanta diante do reconhecimento da babá, que se refere à valorização dos vínculos familiares. A fantasia de pertencimento à família, apontada no capítulo anterior como fazendo parte da construção da relação de trabalho estabelecida pela babá, proporciona uma complexa situação à família contratante. Ela os beneficia ao possibilitar o oferecimento de frágeis condições laborais, mas também representa uma ameaça ao vínculo e afeto dos pais com seus filhos, se considerada a relevância da relação que se constrói com a babá.

Por conta disso, Bastos Lima (2014) identifica a babá como abjeto na fantasia parental, sem conseguir, contudo, renunciar seus serviços. Sua função se coloca em um

ponto cego, na medida em que todo o seu trabalho com a criança não pode ser reconhecido com a devida importância, para que também não se reconheça o vínculo que daí se constrói.

Sobre essa posição nebulosa e contraditória, Scheftel (2012) ainda complementa que o lugar ocupado pela babá é central, por serem aquelas que estão com as crianças quando os pais não estão, mas que, justamente por isso, são representantes da ausência dos pais. Ou seja, a centralidade só pode ser reconhecida, se considerada também a ausência. Sendo assim, muitas vezes o que é esperado pelos patrões de uma boa relação com a babá é que ela se coloque como uma figura de fundo, onde sua necessidade pode ser ignorada ou invisibilizada, para que a ausência dos pais não seja notada.

Assim, dentro daquilo que não pode ser reconhecido sobre a importância do trabalho da babá, pode-se notar que na relação de poder estabelecido entre patrões e a funcionária, exige-se muito, ao mesmo tempo que se valoriza e, portanto, paga-se muito pouco. Tudo aquilo que lhe é demandado e que também diz de sua relação com o bebê não pode ser reconhecido e o trabalho se mantém como desvalorizado e mal remunerado.

Para além do trabalho em si, a babá se doa a essa relação com o bebê. O se doar é da ordem do investir-se na relação e, evidentemente, há escolhas da funcionária sobre a intensidade com que o fará, mas que muitas vezes podem não ser claras, ou mesmo conscientes. Dificilmente o quanto ela se doa poderá ser reconhecido e muito menos, remunerado.

Reconhecer esse vínculo e sua importância envolveria, então, a perda de um lugar único de valorização e de satisfação, o reconhecimento da ausência, a culpa e os conflitos envolvidos na lida com esses afetos. Toda essa dificuldade, segundo Ribeiro e Zornig (2018), é antecedida pelo não reconhecimento da lacuna afetiva aberta na delegação dos cuidados parentais, o que, possivelmente, se ancora em aspectos primitivos da história desses mesmos pais.

Ora, reconhecer a importância desse serviço desvalorizado e desqualificado implica reconhecer também que há um outro desempenhando funções de tamanha importância à constituição subjetiva, através das quais pode se estabelecer um vínculo muito privilegiado com seu filho, assim como pode acessar o que foi por eles vivido em sua própria constituição.

Nesse sentido, baseado em Cancelmo e Bandini (1999), pode-se dizer que na vivência do bebê é possível que as experiências de cuidado com diferentes figuras sejam integradas, construindo o seu processo de constituição. Os autores apontam que essa integração é facilitada quando a família é capaz de tolerar a relação entre o bebê e sua cuidadora. É interessante o olhar para o termo utilizado – “tolerar” – que representa que o vínculo é notado, mas não dá muitos detalhes sobre de que forma ou com que intensidade é reconhecido, podendo manter muitos aspectos ainda invisibilizados, mas se foca em evitar uma possível competição entre cuidadores.

Em suma, a cena de Eduardo e sua família, assim como a anterior, de Cadu, fazem pensar sobre a ideia da transferência da maternidade, cunhada por Costa (2002). Para que ela seja suportada pela mulher e pela família que contratam o serviço, parece fazer-se necessário o apagamento de diversos aspectos da figura dessa possível mãe substituta e da sua relação com o bebê, por acabarem envolvendo lacunas afetivas dos pais e angústias relacionadas ao lugar da maternidade no imaginário social. Tudo isso entrelaçado e costurado pelos pontos estruturais delineados pelo racismo e questões de classe.

Nas duas cenas apresentadas é possível perceber com clareza a invisibilização das babás enquanto uma forma de defesa que se instala, tanto no estranhamento da mãe de Eduardo com a possibilidade da existência de vínculo importante, quanto na trivialidade com que a mãe de Cadu trata a babá como objeto. Reconhecer a babá e sua importância implica o desvelar dessas tantas camadas minuciosamente construídas nessa hierarquização.

## 6. “PARA OS MEUS FILHOS, SÓ O MELHOR”.: QUEM É AQUELA A SER VISTA

*A família de Gabriela, de 2 anos, era bastante conhecida na instituição. Assim como foi com seus dois irmãos mais velhos, o bebê frequentava o local diariamente, desde os seus 6 meses, sempre na companhia de sua babá, Jade. Seus pais eram conhecidos pela equipe de profissionais, pelos anos de convivência em rápidas passadas e talvez um pouco mais de permanência na época em que traziam o filho mais velho dos três.*

*A rotina de Gabriela, seguia a mesma lógica de rápidas aparições dos pais. Segundo Jade, elas passavam o dia todo juntas, enquanto os pais trabalhavam e a babá era responsável por toda a sua rotina, desde trocar, dar banho e comida, colocá-la para dormir até levá-la à escola, festinhas e consultas médicas.*

*Ao mesmo tempo, os pais se mostravam muito atentos a questões relacionados à educação e criação de seus filhos, inclusive aos olhos de Jade, buscando sempre o que havia de melhor para seus filhos. Conheceram inúmeras escolas até optarem pela melhor, estudavam sobre educação e eram bastante rigorosos e demandantes quanto às orientações a Jade sobre a rotina e cuidados dos filhos: a forma de dar bronca, de dar atenção e carinho, a alimentação, tudo era bem delimitado ao ser delegado à babá.*

*Jade, por sua vez, se mostrava bastante frágil e trazia, com frequência, à equipe de psicólogos da instituição suas angústias e sofrimentos, contando sua história, onde viveu uma série de abusos. Em um desses momentos em que era escutada por um membro da equipe, revelou que se cortava com frequência e que sua patroa, mãe de Gabriela, sabia disso, pois uma vez foi “pega” por ela.*

*Mesmo depois de saberem do frágil estado psíquico de Jade, onde seu sofrimento ficava escancarado, suas atribuições e funções no cuidado das crianças continuaram as mesmas. A babá seguia sendo responsável por gerenciar as atribuladas agendas dos três, por todos os cuidados acima citados e era a cuidadora que se ocupava de Gabriela na maior parte do tempo.*

O estado psíquico e emocional de um cuidador é relevante aos cuidados e ao vínculo que se estabelece com o bebê? Dado o que vem sendo discutido ao longo deste trabalho sobre o grande investimento, os processos identificatórios e a dedicação que esses cuidados exigem, parece bastante significativo o bem-estar do adulto que se ocupa dessas funções.

De forma mais concreta, a relevância da condição emocional do cuidador fica clara nas discussões cada vez mais comuns sobre depressão pós-parto, ou mesmo sobre períodos de *baby blues*<sup>7</sup>, nas quais o estado emocional da mãe é tomado como central. Nessas discussões costuma ser orientado que haja a construção de redes de cuidados para com essa mulher, bem como com o bebê. Isto se dá tanto pela busca do bem-estar da mãe, mas também pelo reconhecimento de que o intenso trabalho de se dedicar ao novo bebê é uma tarefa difícil para ser realizada em um momento de fragilidade, sendo importante, inclusive para o bebê e sua constituição, o estabelecimento de vínculos estáveis.

E quando não se trata de mães, as discussões e orientações são as mesmas? O estado psíquico e emocional de outros sujeitos envolvidos nos cuidados dos bebês é assunto para discussões? Ou é ao menos considerado na atribuição da intensa tarefa do cuidado? No caso trazido pela cena, esse outro envolvido é a babá, que parece não ser sequer considerada enquanto um sujeito de afetos e cuidados. Seu lugar na família aparece de forma restrita ao cumprimento de ordens e obrigações, transmitindo a sensação de não estar no mesmo nível de humanidade que os membros da família.

Encontram-se, na literatura, algumas interessantes conceituações a respeito da participação de sujeitos que não compõem com a rede familiar na criação dos bebês, a depender de quem são esses sujeitos. Essa temática vem sendo explorada recentemente, em produções que pensam a rede de profissionais que participam desse período da vida dos pequenos. Pelo menos uma parte desses profissionais.

Pelo que foi levantado no capítulo anterior, principalmente pela conceituação de Teperman (2014), nota-se o intenso crescimento de áreas do saber e profissionais especializados no desenvolvimento infantil e na infância como um todo, com novas

---

<sup>7</sup> Expressão que se refere a um estado emocional sensível e fragilizado que a mulher vive no puerpério, relacionado tanto às grandes alterações hormonais, quanto às intensas mudanças subjetivas que vive com a chegada do bebê. A expressão costuma ser utilizada inclusive para diferenciar um momento de grande sensibilidade tido como normal, dos casos de depressão pós-parto, que exigiriam maiores intervenções.

discussões a respeito dos efeitos de diferentes formas de cuidado, inclusive sobre quem as realiza. Em meio a esse cenário, contribuições produzidas por esses saberes tidos como especializados podem ser tomadas emprestadas para comporem com a discussão aqui pretendida sobre o (não) lugar da babá.

Antecipa-se brevemente a discussão sobre a função materna, que será apresentada no capítulo a seguir, para trazer um aprofundamento sobre uma dessas conceituações que pensam a participação de profissionais na criação. É significativo a nomeação de uma relação privilegiada entre bebê e cuidador que dá condição à constituição subjetiva enquanto uma função. Nessa nomeação se conceitua que a operação se dá dentro de uma relação com algum adulto que ocupe o lugar de Outro, que entrelace as manifestações do bebê a significados, sem especificar que adulto é esse. E este lugar, apesar de ser habitualmente ocupado pela mãe, pode ser preenchido por outros<sup>8</sup>, desde que direcionem um desejo particularizado e se invistam na transmissão das marcas e sentidos ao bebê.

Nesse sentido toma-se a noção de função maternante, proposta por Brandão e Kupfer (2014) e Pesaro e Kupfer (2016) para trazer a reflexão sobre a entrada de outros cuidadores, que não esse cuidador primordial, na cena do cuidado de bebês ao longo de sua constituição subjetiva, lugar habitualmente associado à mãe. A partir da experiência profissional de educadores de creches e de educação infantil, profissionais intensamente presentes em momentos inaugurais da constituição dos sujeitos, conceitua-se tal função por sua proximidade à função materna, ao propor que na atuação desses profissionais, eles participam do campo do Outro, fazem parte dos processos de constituição psíquica e subjetivação desses bebês, mas não são aqueles que exercem propriamente esta função.

Nesses casos a presença da mãe (ou de um Outro primordial que se ocupe da função materna) existe fora da cena do ambiente escolar e o lugar desses educadores não é o de substituir a função materna. Na função maternante, portanto, existem aproximações à função materna, mas que se encaminham à manutenção da continuidade de importantes eixos da mesma, com a intenção de que o laço mãe-bebê não se rompa precocemente. (Pesaro; Kupfer, 2016)

---

<sup>8</sup> Cabe ainda um interessante questionamento a essa noção, mas que não será amplamente argumentado nesta pesquisa, sobre a função materna ser exercida exclusivamente por uma única figura ou se seria possível pensar um compartilhamento entre figuras que se investem significativamente nesse cuidado.



É necessário ressaltar que só é possível considerar essa função desempenhada pelas educadoras, com o importante reconhecimento de que para além do trabalho de educar e cuidar, esses profissionais também fazem parte da constituição psíquica dos bebês de quem cuidam. Na intensa convivência que se estabelece nas horas diárias em que estão juntos, marcas simbólicas também são transmitidas (Brandão; Kupfer, 2014).

Com a conceituação de Brandão e Kupfer (2014), destaca-se que é necessário – e cada vez mais presente – a reflexão sobre cuidadores que ocupam esse lugar de forma profissional, quais as relações que estabelecem com o bebê, o que motiva esses cuidados, de que forma são feitos e quais são os efeitos do cuidado e das marcas que inscrevem no bebê. Como apontado em produções como essas, passa a ser reconhecido que além da educação há aspectos da ordem da subjetivação que entram em jogo no vínculo estabelecido entre educadores e bebês.

Contudo, pouco se conhece sobre as inscrições deixadas nos bebês nesse processo de ser maternado por outros cuidadores, dentro dessa relação de trabalho, que também tem ações nesse sentido estruturante que se considera a função materna (Pesaro; Kupfer, 2016). É de grande relevância questionar as diferenças sobre esse cuidado quando realizado e mobilizado por uma relação profissional, como das educadoras, e não por um desejo materno ou familiar. Quais serão os efeitos, tanto para quem exerce, quanto para o bebê assujeitado a essas maternagens, de estabelecer essa relação de cuidado fora de uma linha de filiação, em que o lugar da transmissão não está colocado de maneira clara?

Entretanto, neste trabalho não se pode deixar de ser indicado o ponto da valorização da educação, enquanto esse campo de saber especialista sobre a infância, como o aspecto que desperta interesse e possibilita todas essas reflexões. Em muitos dos pontos levantados que podem aproximar a atuação de cuidadores e educadores do exercício da função materna há grande semelhança na atuação de outros funcionários que também participam da criação dos bebês, como as babás.

Por que é que nesses casos os questionamentos sobre as relações estabelecidas são muito menos recorrentes e abrangentes? Enquanto os efeitos e consequências de algumas relações são destrinchados por diferentes áreas do saber, mesmo que em um tempo recente, na relação com as babás parece não poder ser sequer reconhecido que há aspectos da ordem da subjetivação e da inscrição de marcas simbólicas em jogo nos seus cuidados e no seu vínculo com a criança.

Não reconhecidas como integrantes da família, parecem também não compor com a rede de cuidado profissional especializado, sobre a qual se produz conhecimento, assim como se valoriza o saber.

Diante dessa dinâmica é bastante comum que famílias como a dos patrões de Jade se importem e se interessem sobre a educação de seus filhos, mas que nessa preocupação só lhes ocorra a atenção para a escola, ou cursos e atividades extracurriculares. Brites (2007), em sua pesquisa etnográfica sobre desigualdades entre empregadas domésticas e seus empregadores, encontrou em entrevistas com empregadores destes serviços, que os mesmos pais que se ausentavam por horas no trabalho para pagar boas escolas, quase nunca consideravam a babá como parte da educação, ou fonte de aprendizados para os filhos e não pensavam no seu trabalho como “responsabilidades especializadas, voltadas para os filhos (cuidar das crianças estava incluído entre outras tarefas, como cuidar da roupa, da casa e cozinhar)” (p.101).

Scheftel (2012), em seu artigo “Why aren’t we curious about nannies?”, traz uma problematização semelhante. Partindo da mesma questão que McClintock (2010) sobre o apagamento da babá na história do complexo de Édipo, aponta o quanto na relação pessoal de Freud, sua babá era uma presença importante e questiona o porquê de essa forma de cuidado não estar inserida na história edípica. A autora sustenta que é como se houvesse uma hierarquia de relações privilegiadas o suficiente para entrar ou não na formulação da cena edípica e da teoria psicanalítica.

Problematização essa muito relevante a esta pesquisa que pode ser ampliada a outros cenários. Além da teoria psicanalítica, essa é uma relação que parece não ser privilegiada nas relações familiares, nas demais produções de conhecimento e até na prática clínica, onde é habitual se recorrer a outros personagens e profissionais que atuam na educação e na vida das crianças, mas não se costuma escutar as babás, nem enquanto parte do núcleo familiar, nem como profissionais.

E é por conta do não reconhecimento da participação no que é chamado de constitutivo que Jade é aqui convocada. Na dinâmica da família de Gabriela é possível escutar, pela negligência ao estado da saúde mental dessa cuidadora, que a sua participação na constituição subjetiva, ou a inscrição de suas marcas simbólicas não parecem ser consideradas. O frágil estado psíquico que se encontra não mobiliza reorganizações de suas tarefas e responsabilidades, mostrando que nem os efeitos de sua

condição sobre o bebê são considerados, assim como os possíveis cuidados da família com ela e sua saúde.

É evidente que fora do campo de debate psicanalítico as famílias não nomearão com estes mesmos termos a participação nos processos de subjetivação e inscrição. Contudo, diferenças são facilmente notadas na atenção tida com quem são aqueles que comumente ocuparão o lugar de Outro, ou de forma mais acessível, que se ocuparão da criação dos bebês, nas variadas figuras que desempenham esse papel. O que fica claro no crescimento de discussões sobre saúde mental materna e das exigências com os profissionais especialistas.

Claramente há algo de distinto na relação do bebê com a babá – ou na consideração da própria condição de sujeito da babá – que não desperta a mesma curiosidade e atenção que a relação com os profissionais tomados como especialistas ou com as mães. Entretanto, parece ser difícil nomear ou categorizar esse algo. A construção que se faz nesta pesquisa é a de que essa distinção está na articulação do que vem aqui sendo levantado entre questões afetivas e sociais, que dizem da impossibilidade de se questionar a respeito do lugar da mãe, seu amor e seus cuidados.

A falta de curiosidade e de olhar para a ocupação profissional da babá produzem um importante efeito: o de não poderem ser reconhecidos aspectos subjetivos e inconscientes presentes em suas tarefas. Dedicar-se aos cuidados primordiais de um bebê acessa questões inconscientes de quem o cuida, por envolver processos narcísicos e de identificação. Por conta disso sabe-se que a orientação de profissionais que se ocupam desse cuidado é de suma importância para trazer atenção à possibilidade de mistura de papéis. Mesmo assim, essa atenção não garante que identificações não aconteçam, assim como o contato com possíveis angústias que possam vir à tona nessa confusa relação que é exercer função materna, ou mesmo se aproximar de seu exercício, e não ser mãe.

Assim como nos demais aspectos que foram aqui levantados, como nos efeitos dos cuidados profissionais na constituição dos bebês, o olhar para os efeitos subjetivos do cuidar nos próprios profissionais é ainda mais negligenciado. As relações de cuidados encontram mais contornos e até orientações quando se trata da presença de bebês em instituições durante o processo de constituição, como em creches, abrigos e hospitais. Nesses cenários, em que a ausência parental é concreta e o lugar ocupado pelos cuidadores profissionais é bem definido enquanto algo transitório, a ser realizado apenas durante essa

ausência, há mais recomendações amparadas pela produção científica sobre a atenção necessária à ocupação do lugar de cuidador, inclusive sobre as possíveis confusões de papéis.

Marin (2018) aponta a delicada confusão que pode se dar na terceirização dos cuidados, que se relaciona, justamente, com os efeitos de se envolver nos processos de constituição subjetiva de um bebê. Essa confusão se dá na medida em que o cuidado com os bebês, remete ao sexual, ao selvagem, mobilizando o recalcado e o primitivo de quem os cuida, mas que, ao mesmo tempo, na relação terceirizada, é esperada uma certa assepsia nesse cuidado, uma forma de dessexualização dos sujeitos envolvidos.

A autora destaca também o desamparo e a impotência que o bebê pode suscitar no adulto, assim como o risco de suas possíveis projeções no pequeno de quem se cuida, o que exigiria dos profissionais envolvidos nessa função espaços de reflexão, referindo-se mais especificamente a educadores. É necessária alguma forma de suporte ao estranho e à alteridade com que se deparam, para que nesse trabalho o bebê não seja colocado a serviço do narcisismo do adulto que lhe cuida (Marin, 2018).

Entretanto, dentre tantas invisibilizações os efeitos do envolvimento da babá com “seu” bebê parecem estar em uma camada completamente profunda e distante do que possa vir a despertar atenção e interesse. Nas relações profissionais estabelecidas pela babá não parece haver espaço algum para esse tipo de discussão, orientação ou elaboração. Como apontado desde a introdução teórica, um processo semelhante de invisibilização da babá acontece nas relações familiares e na produção de saber, operado pelas mesmas questões. Essas invisibilizações ocorrem simultaneamente e, pelo que demonstra a discussão ocasionada pela experiência de Jade, parecem se retroalimentar, realizando a manutenção do não reconhecimento da funcionária de forma profunda.

Enquanto sua importância não é reconhecida na produção do saber especializado, as famílias não parecem reconhecer a relevância desse vínculo. Ao mesmo tempo que, por não ser reconhecida nas relações familiares, não apresenta relevância nas produções teóricas. Para os pais de Gabriela, tão preocupados com seu processo educativo e crescimento, a presença constante e o vínculo com Jade não parecem representar nem de forma longínqua alguma associação com esse valorizado processo.

No caso de Jade fica evidente que seu estado psíquico claramente fragilizado e em sofrimento não despertou preocupações nem mesmo no que diz respeito aos seus

impactos no bebê, quem dirá sobre o que essa relação pode causar a ela. Caberia inclusive questionar o quanto de seu sofrimento não pode se relacionar, justamente, com a ocupação de papel tão sensível e nebuloso e os impactos disso em suas questões pessoais, mas não parece haver espaço para tais reflexões.

## 7. “SE SUA MÃE OUVIR, ELA ME MATA”.: O SIGNIFICANTE “MÃE”

*A cena de o bebê se dirigir à babá como “mamãe” é bastante recorrente. Fica claro, nessas cenas, o conflito nos semblantes das babás que escutam ao chamado, preocupando-se com a reação da mãe desse bebê, caso escute o valioso vocativo sendo direcionado à funcionária. Junto ao semblante aflito, quase sempre se escuta a resposta da babá ao pequeno: “se sua mãe ouve uma coisa dessas ela me mata!”. Muitas vezes as outras babás riem e caçoam daquela que foi chamada de mamãe, numa espécie de chacota por conhecerem bem o nervosismo que o vocativo traz.*

*Luara ri desse conflito, se divertindo com o alívio de sua condição nessa mesma posição. Ela trabalha para uma família estrangeira, estabelecida no Brasil há algo em torno de três anos, mas que mantém o idioma de seu país como a língua falada na família e na casa, apesar de compreenderem bem o português. O filho mais novo, já nascido no Brasil, pronunciando suas primeiras palavras, corre atrás de sua babá balbuciando “mãmãmã”. Sua mãe, também presente, ao ouvir o chamado, busca o copo de seu filho e atravessa a cena, oferecendo-lhe água, uma vez que a sonoridade da palavra água, no seu idioma, é muito semelhante ao nosso “mamãe”.*

Difícil encontrar, seja em qual idioma for, palavra mais cara que “mãe”. Este significante é carregado de preciosidade e valor, o que muito tem a ver com a construção do lugar social materno discutido no capítulo 5. A cena vivida por Luara traz em si, de forma cômica, o questionamento sobre quem é aquela pessoa que pode ser coroada com tão significativo nome.

No interior do discurso e da linguagem psicanalítica o cenário não é distinto. O lugar materno, bem como a preciosidade do significante “mãe” também são destacados e mantidos em posições de valor e importância. A própria noção de função materna, apesar de não ser uma exclusividade materna, colabora com a manutenção da riqueza do significante ao ser assim nomeada. E apesar de esforços recentes para a desconstrução e

reformulação de uma teoria que foi muito conhecida pela culpabilização parental, não há como negar a centralidade da figura da mãe na Psicanálise.

Assumindo a relevância que essa nomeação nada simples envolve, Garrafa (2020) propõe a ideia de posição parental, que se refere à nomeação e a assunção de um lugar que esse ato coloca em jogo. Essa conceituação muito interessa à discussão do exercício do cuidado e das marcas deixadas nos sujeitos dentro da possibilidade de outros cuidadores.

A autora diz que “a entrada na posição parental se refere à possibilidade de se nomear ‘mãe’ ou ‘pai’ de alguém e de sustentar esses significantes e os desdobramentos decorrentes de tal nomeação” (Garrafa, 2020, p. 58). Aponta, por exemplo, que um dos efeitos de assumir a posição parental é inserir a quem se passa a chamar de filho em uma cadeia familiar, de modo a articular gerações e colocar em questão o que será transmitido nessa relação.

Essa ideia de posição parece rica a este trabalho, uma vez que não necessariamente exige que haja um vínculo biológico ou parental desse adulto com a criança de quem se nomeia mãe ou pai, nem que esteja atrelada ao exercício de alguma das funções parentais (materna ou paterna), como nos casos em que há uma figura nomeada como mãe, mas que não é quem cria a criança e exerce função materna.

Acrescentar a questão da nomeação e dos efeitos desse ato no cuidado dos bebês traz questões importantes a essa discussão tanto no sentido de alargar o debate sobre quem é aquela que pode assumir tal posição, quanto ao olhar sobre o significante “mãe” e o que precisa estar em jogo para que alguém possa assumi-lo.

É comum no discurso da psicanálise um diferente olhar ao que ser “mãe” significa, insistindo no posicionamento de que não se trata de uma referência óbvia à gestação, ou mesmo aos cuidados materiais e atenção às necessidades dos bebês, como apresentam Leite e Souza Jr. (2021). Apesar disso, é necessário se considerar a magnitude da palavra. Não é possível falar de uma equivalência entre o termo “mãe” e o conceito de função materna. Por mais que se aproximem, somente um grupo específico de sujeitos dentre os que compõem com os possíveis Outros primordiais de bebês pode ser assim nomeado. Para tanto, é importante destrinchar a noção de função materna.

Sabe-se que no início de sua vida o bebê é extremamente dependente de seus cuidadores e necessita de um outro que garanta não apenas a sua sobrevivência, mas também sua constituição psíquica, dada a “prematividade simbólica” com que nasce. (Teperman, 2005, p. 112).

Com o olhar da psicanálise, evidencia-se que no desenrolar desses cuidados há algo que vai para além da satisfação de necessidades, mas que também está envolvido na sobrevivência, e que diz de uma aposta feita por aquele que se ocupa desse bebê. Os cuidados são permeados por trocas, olhares e falas direcionadas a essa criança. Todo esse investimento se relaciona com essa aposta: a de que desse pequeno corpo possa advir um sujeito.

Não se trata de uma aposta consciente, mas de algo que se dá na relação privilegiada entre o bebê e seu cuidador primordial, papel comumente ocupado pela mãe, e que, justamente por isso, é chamado de função materna.

Nos cuidados e nas trocas com o bebê são produzidos convites para que ele adentre o meio compartilhado pelos humanos, que é caracterizado pela linguagem e pelo desejo. A função de apresentar a linguagem a um novo ser é a rica tarefa que cabe a esse cuidador primordial e só é possível devido à aposta que se ancora no seu desejo: a suposição de que ali há um sujeito. Sabe-se que nesses momentos inaugurais ainda não se trata de um sujeito constituído, mas justamente por ser suposto, por ter sua existência subjetiva antecipada, é que pode constituir-se como tal (Kupfer, 2000).

A constituição do sujeito seguirá, portanto, o caminho trilhado pelos significantes escolhidos e direcionados por esse adulto que se ocupa de seus primeiros cuidados. Ele ocupa o lugar de Outro, primordial e fundante, referido por Lacan (1966) como tesouro do significante, por ser o local de onde parte aquilo que se fala – e se supõe – sobre essa criança. As experiências vividas pelo ser em constituição vão sendo nomeadas pelo Outro, enquanto ainda não tem condições para identificá-las sem esse suporte.

Assim, a função materna se estabelece como um porta voz da criança para o meio e do meio para a criança, em que aquilo que sente e deseja é suposto pela mãe e dito por meio da língua – justamente – materna. Desse modo, a criança vai sendo inserida no universo da linguagem por meio dos significantes de seu cuidador e a satisfação de suas necessidades é articulada com o campo simbólico, representado por esse porta voz (Faria, 2017).



Ao ofertar seu repertório de significantes para essas nomeações, trazendo representação às sensações e às demandas que se supõe estar sendo sentidas pelo bebê, também se delimita algum contorno no seu corpo (Musatti-Braga, 2015).

Contorno esse que também passa a ser delineado pelo contato físico que seus cuidados demandam. Os toques não tratam só de satisfazer necessidades, são também envolvidos pelo desejo daquele que cuida, possibilitando novas sensações e tendo como efeito a libidinização desse corpo, que se constrói como um corpo de gozo e desejo. Garrafa (2020) aponta que a constituição do sujeito envolve a transposição dessas sensações do organismo para o universo da linguagem.

Cabe ainda, a quem exerce a função materna, a tarefa de ser suporte para a construção da imagem desse mesmo corpo, a partir do olhar materno, como propõe Lacan (1949) na formulação do Estádio do Espelho. Assim, o reconhecimento de si só se dá pelo reconhecimento anterior do Outro.

Diante do enorme investimento que o exercício da função materna exige, retoma-se a questão sobre o que é que mobiliza tamanho trabalho. O desejo endereçado a esse bebê se mostra como condição que possibilita a função materna. A suposição do sujeito, a oferta e o convite ao campo da linguagem, a libidinização de seu corpo, tudo isso ocorre em nome do – e movido pelo – desejo. Sobre esse desejo direcionado ao bebê pelo Outro, Lacan (1969) sustenta que é particularizado, ou seja, não anônimo e ainda marcado pelo narcisismo, segundo Freud (1914).

A respeito do narcisismo, Freud (1914) sugere que o amor parental – e o desejo que nele está envolvido – diz de um retorno e de um resgate ao próprio narcisismo infantil perdido, às suas relações objetais primárias. Sendo assim, o exercício da parentalidade muito tem a ver com as relações que esses sujeitos construíram, em sua infância, com seus próprios pais ou cuidadores.

É importante ressaltar que a particularização desse desejo é o que possibilita a função materna, pois é o que torna o vínculo existente entre o bebê e seu cuidador primordial um vínculo único, fundamental e estruturante. Como afirma Faria (2017, p. 151), “Os cuidados maternos, aparentemente universalizáveis só tem importância na medida em que há essa particularização, na qual a criança é marcada por um lugar específico na economia do desejo da mãe”.

Lacan (1969), aponta a constituição subjetiva como sendo da ordem do irreduzível de uma transmissão e, para tanto, dependente das funções materna e paterna. Ou seja, na filiação familiar se transmite uma estrutura simbólica, de modo que “a composição de um desejo particularizado, como função materna, e uma lei de orientação ao desejo, como função paterna, abrem a condição de inserção de uma criança no mundo simbólico, evidenciando sempre um resto operatório de tradução como condição de estrutura da própria linguagem” (Guerra *et. al.*, 2019, p. 211).

Nessa discussão aqui levantada sobre a dita função materna reconhece-se, portanto, que esses tantos aspectos necessários à constituição de um sujeito que permeiam os cuidados com o bebê se dão a partir da relação de desejo, supostamente materno, narcísico, particularizado, envolvido na transmissão e na introdução na cadeia de filiação.

Esse amplo resgate da conceituação da função materna na teoria psicanalítica é aqui colocado para fomentar o debate sobre o não reconhecimento da importância da babá e de seu vínculo. Em meio a importantes diferenciações, principalmente da ordem do desejo e dos pontos de partida da construção da relação, há significativas aproximações entre as funções exercidas pela babá e pela mãe (ou aquele que se ocupa de ser o Outro na relação com o bebê). Nos cuidados realizados pela babá pode se encontrar facilmente suposição de sujeito, nomeações e introdução ao campo da linguagem, libidinização do corpo e suporte à construção da imagem corporal, mas não um reconhecimento próximo ao materno.

O que se pretende não é sustentar uma discussão a respeito do exercício ou não da função materna pela babá, mas sim dar corpo à problematização da invisibilização. Evidenciando as aproximações entre os papéis realizados, mostra-se que há algo na importância da relação da funcionária com o bebê que não pode ser reconhecido e, muito menos, nomeado.

Ou seja, com essas aproximações entre aspectos do que se define como função materna e o que pode se encontrar na atuação das babás, se olhado com atenção (e intenção), vem à tona que o lugar de reconhecimento e importância no qual a maternidade é colocada socialmente, e também na produção teórica, é construído a partir da ideia de ser um papel único, que só poderia ser realizado pela mãe, mas que não é assim tão distante do que desempenham outras personagens.

Assim, considerando essa discussão e o valor dado ao vocativo, algo de grande importância é enunciado pelo bebê que nomeia “mamãe” a sua babá. Essa simples confusão fala e pode ser escutada assim como um ato falho. Nela o bebê nomeia, de forma literal, toda essa aproximação entre a atuação da babá e o exercício da função materna.

A nomeação escancara, torna audível e visível, tudo aquilo que não pode ser reconhecido, que é invisibilizado. Ao ser assim nomeada, a babá é retirada da margem da cena familiar e ocupa seu centro. Por esse instante ela deixa de ser *quase* mãe desse bebê e é tomada como mãe. E o grande incômodo entre os adultos presentes diz de todo esse reconhecimento do irreconhecível.

Entre os adultos que habitam essas cenas e relações há o estabelecimento da contundente dinâmica da invisibilização, que age como um acordo, ou um pacto, em que a preciosidade do vínculo estabelecido entre um bebê e sua babá fica restrita a um espaço sigiloso. Todo o afeto, a importância e os efeitos dessa relação ficam confinados nesse pacto, onde habitam as brincadeiras, os apelidos e os segredos, mas que mantém, para quem está de fora, a babá em sua habitual invisibilidade.

Essa espécie de sigilo pode ser bastante identificada se notada a diferença da relação da funcionária com o bebê na presença e na ausência de seus pais. A intimidade, o carinho e as manifestações mais afetuosas costumam ficar escondidas nos momentos em que a família não está presente. É comum que os pais busquem por babás carinhosas e afetivas, mas esse tênue limite entre o que suportam ver e saber dessa relação costuma se colocar como uma corda bamba na relação com a profissional. Sem que essa orientação precise ser dita, é algo sabido intuitivamente por todos os envolvidos, a intimidade e a profundidade da relação não devem aparecer com toda sua intensidade na presença dos pais.

No trabalho de Vieira (2014), onde é trabalhada a posição de afeto, objeto e abjeto em que o corpo da babá pode ser encontrado, é debatido como este espaço do afeto só pode aparecer nos momentos de ausência dos pais. Já na presença, o corpo circula entre o objeto, quando seus serviços de cuidado são desejados, e abjeto, quando se torna indesejada no ambiente por não ser necessária.

Esse pacto sigiloso que bordeja os afetos da relação muito dialoga com o pacto narcísico da branquitude, proposto por Bento (2022). Apesar de se referir ao cenário institucional e a insistente manutenção do poder entre os brancos e ricos nele presente, a

proposta da autora sustenta a busca pela autopreservação da branquitude diante da ameaça do diferente, que no caso da babá, é literalmente representado pelo não familiar.

O pacto da branquitude é caracterizado por “uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo”. Sendo assim, “gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha” (Bento, 2022, p. 25). E é essa concepção que dá base para se pensar este pacto de sigilo referido.

Na nomeação realizada pelo bebê há a quebra desse pacto sigiloso dos adultos. Em meio ao seu pequeno arcabouço de linguagem ainda em construção, o bebê pode gritar a importância que essa personagem e seu vínculo afetivo têm para ele, fazendo ruir a construção desse pacto em que a relação e seu devido valor são escondidos e mascarados. É sobre o desmoronar dessas muralhas que se trata o enorme desconforto que se instala entre aqueles que ouvem a suposta confusão, que se manifesta no medo e na preocupação da babá, nas risadas de suas colegas e nas suposições de quais podem ser as reações da mãe que foi substituída naquele instante.

A maternidade como esse lugar único em que a mulher poderia ter seu desejo e sua satisfação reconhecidos e os efeitos disso na preciosidade que envolve tal vocativo é que trazem a ideia de substituição. Afinal, como diz o ditado popular “mãe só tem uma” e quando alguém que não a “mãe legítima” é assim nomeada, é como se a mulher perdesse o posto que é seu por direito. Por mais que haja tantas semelhanças em suas funções, no que lhes é demandado e em como se investem na relação com o bebê, no posto de mãe não parece poder haver espaço para compartilhamento.

## 8. “JÁ PENSOU O TRABALHO QUANDO EU VOLTAR SE ELES ESTRAGAM A CRIANÇA?!”: O PÊNDULO DA VALORIZAÇÃO

*Lúcia era babá de Bernardo desde os seus 3 meses. Antes dele, Lúcia já tinha passado por outras cinco famílias, cuidando de crianças durante longos anos, acompanhando todo seu crescimento. Foi por conta disso, de sua experiência, que Rafaela, mãe de Bernardo, havia a contratado.*

*Muito rapidamente Lúcia assumiu um papel central nessa família. Por ter acompanhado Bernardo desde muito cedo, conhecia muito bem o bebê e compreendia suas demandas e seus incômodos, muitas vezes se colocando como intérprete para os pais. Ela costumava dar orientações aos pais de como educar Bernardo e como responder aos comportamentos do filho, em cada fase experienciada na sua educação. Os pais confiavam muito em Lúcia e sentiam-se gratos por poderem contar com ela.*

*Lúcia acompanhava Bernardo em suas consultas médicas, festinhas de aniversário e quando entrou na escola, foi ela quem fez sua adaptação e conversou com as professoras sobre qual a melhor forma de lidar com suas dificuldades. Após um período de férias, Lúcia chega à instituição contando: “Acreditam que eu ligava às 11h da manhã e tinha dia que o Bernardo ainda estava na cama?! Se depender dos pais, esse menino não aproveita o dia!”. Gerando risadas incrédulas, as outras babás e as psicólogas da equipe a indagavam sobre o fato de ela ligar durante suas férias, ao que respondeu com grande segurança:*

*- Claro! Eu ligo para garantir que eles estão fazendo tudo direitinho! Que o menino está comendo e dormindo na hora certa! Já pensou o trabalho quando eu voltar se eles estragam a criança?!*

*Em conversas com os pais de Bernardo, quando perguntados sobre costumes e formas de lidarem e de se relacionarem com seu filho, era bastante comum a resposta de que Lúcia tinha os orientado, ou até decidido, dessa forma. Lúcia era uma figura central nessa família, o que era notado e reconhecido pelos pais, que recorriam constantemente às suas recomendações e decisões.*

Quem é que sabe sobre o que é o melhor para a criação de um bebê? A construção histórica e cultural diz que a mãe é quem melhor – e instintivamente – conhece tudo aquilo que seu filho poderia precisar. Já o recente e tecnológico discurso do especialista,

conceitua, partindo de diferentes áreas do conhecimento, exatamente como proceder a respeito de inúmeros aspectos da criação, educação e saúde das crianças.

O saber psicanalítico pode se colocar como uma possibilidade de se fazer furos a esses discursos que se prometem totais, capazes de oferecer respostas, ao se sustentar o ponto de que na criação de seres humanos não há garantias. E é partindo dessa lógica que se questiona neste capítulo a necessidade e até a possibilidade de um discurso único, um saber total, que de conta de toda e qualquer questão que se refira ao crescimento de uma criança. Não seria possível que diferentes saberes, assim como experiências de diferentes origens se complementassem? O que é representado na cena de Lúcia é de grande riqueza para essa discussão. Nessa disputa sobre quem tem o saber hegemônico sobre a infância e a criação, parece que a valorização de um saber, só se mostra possível com a desvalorização das demais formas de saber e fazer.

A cena parece retratar uma dinâmica oposta ao que foi escutado nas cenas anteriores. O lugar ocupado por Lúcia é de valorização, ela é a organizadora, detentora do saber. O que não é um caso único e raro, facilmente encontram-se babás que ocupam esta posição centralizadora nas famílias, possibilitada por seus anos de prática e experiências, inclusive em suas próprias famílias.

Esse lugar de valorização é bastante curioso. Nele valorizam-se o seu saber, a sua atuação profissional, o que é evidentemente significativo. Contudo é suficiente para afirmar a oposição do que se apresenta na relação de Lúcia com essa família e a dinâmica da invisibilização que vem sendo debatida ao longo das demais cenas?

De partida é importante destacar que nesse curto recorte tantos outros aspectos de invisibilização levantados ao longo deste trabalho, como o vínculo, as relações afetivas, as nomeações e, até mesmo, a subjetividade da própria babá não pode ser averiguada ou discutida.

Porém, o que sim traz a cena é uma abertura ao debate sobre como é construído o lugar de saber valorizado da babá: a partir da desvalorização do saber dos pais. Por meio do que é chamado de terceirização da maternidade, a babá é valorizada ao ocupar o lugar que *deveria* ser dos pais – ou mais especificamente da mãe – e para isso, em uma espécie de jogo de forças, precisa desbancá-los de seus lugares e de seus saberes. Seu saber parece só poder ser considerado com a desvalorização do que é dos pais.

É curioso notar o que se passa também no lado dos pais nessa cena. Quando a babá ocupa esse lugar de saber, que é também de poder, é como se os pais, diante da desqualificação com que se encontram, fossem liberados de sua responsabilidade sobre a criação e educação de seu filho, ocupando uma posição até infantilizada. A adulta na cena é a babá e cabem a ela todas as diretrizes e decisões sobre o bebê. É essa inclusive a resposta que dão quando questionados sobre suas ações.

Esse importante tema contemporâneo que é a problematização sobre a disputa por um discurso hegemônico de saberes, único e correto, pode enveredar por múltiplos caminhos e é muito necessário. Porém se tratando deste saber sobre o qual este trabalho se debruça: o dos cuidados da infância, da criação dos bebês e da maternagem, há um importante aspecto a ser considerado.

Novamente a maternidade e os supostos saberes e afetos instintivos que a acompanham enquanto lugar de satisfação e valorização da mulher suportada pelo imaginário social tem grande influência nessa disputa por saberes e entre mulheres. O papel materno na contemporaneidade deixa de representar o singular lugar fálico para a mulher, uma vez que não se sustenta mais como o único papel possível, ao mesmo tempo que se mantém como central e obrigatório, criando uma experiência contraditória com a maternidade (Moura; Araújo, 2004).

Com isso, as mulheres buscam encontrar espaços em que possam ter seu desejo suportado socialmente, ao mesmo tempo em que não podem abrir mão facilmente da obrigatoriedade da maternidade. Nas saídas encontradas por cada uma, entram em contato com a posição de não saber, de serem falhas e precisam construir qual lugar a maternidade e os filhos terão para ela.

Entretanto, essa não é uma posição igualitária a todas as mulheres. No cenário dessa disputa, o saber materno, dos cuidados com o lar e com a família, proveniente da experiência, é dos poucos espaços em que as mulheres negras e marginalizadas costumam encontrar reconhecimento e algum prestígio. Ao mesmo tempo que não tem a mesma possibilidade de não saber e são muito mais cobradas (Corvelho; Melo, 2021).

Prestes (2018) traz que o estereótipo das mulheres negras como fortes e guerreiras as coloca dentro de uma enorme exigência de que estejam na posição de quem cuida e raramente na de quem é cuidada. Reforça-se a percepção do lugar do cuidado maternal

como dos poucos pontos de reconhecimento da mulher negra, mas acompanhado de cobranças e exigências específicas, diferentes das que vivem as mulheres brancas.

Cabe aqui mencionar que outro lugar estereotipado em que a mulher negra é colocada e reconhecida é o da mulata, também apontado por Prestes (2018), que se refere a um corpo intensamente sexualizado socialmente<sup>9</sup>. Vieira (2014) aponta como a imagem da mulher negra ocupa dois espaços na cultura branca: o de um corpo selvagem e sexualizado e o de cuidado, o da mãe-preta. Esses estereótipos são utilizados para justificar e sustentar, desde os tempos da escravização, o trabalho doméstico, inclusive os abusos envolvidos em suas práticas, como sendo feminino e racializado e, portanto, papel das mulheres negras. Esse corpo racializado é tomado pela branquitude como objeto a ser apropriado ora para o prazer de ordem do sexual, ora para exploração do trabalho.

Apesar da imagem estereotipada da mulher que cuida alcançar lugar de saber reconhecido, ele não é o suficiente para que a mulher possa ocupar o lugar oficial de mãe. As babás que conquistam essa posição nas famílias podem desfrutar um pouco desse prestígio, podendo conquistar posições de autoridade e de controle, como faz Lúcia, contudo, sem que consigam abandonar o universo do *quase*. Seu vínculo com o bebê e seu pertencimento tanto à família, quanto à rede de adultos reconhecidas por compor com a constituição desse sujeito, muito provavelmente seguem sem poder ser reconhecidos. A babá, mesmo que nessa posição, segue sendo uma funcionária que pode ser destituída e carrega na sua convivência com o bebê as marcas de não ser inteiramente pertencente ao seu mundo.

A fragilidade dessa posição de valorização também pode ser percebida na insistência exigida na concorrência de saberes. Com a cultura da existência de um saber hegemônico, que daria conta de tudo que é necessário, a babá precisa se garantir a todo tempo nessa posição de quem tudo sabe. Sendo um saber total, deparar-se com outros saberes implicaria o enfraquecimento de seu próprio. Assim, por representar uma forma de ameaça ao seu pouco reconhecimento, o saber e a experiência do outro precisam ser constantemente desqualificados.

---

<sup>9</sup> Acrescenta-se aqui brevemente a leitura de Aragão (1991) em “Mãe Preta, Tristeza Branca” sobre o apagamento da babá, que relaciona o fenômeno à violenta separação entre o sexual e social na sociedade brasileira. Nessa separação, o corpo ao qual a criança tem acesso – o negro da babá – não tem reconhecimento social, ao mesmo tempo em que não tem acesso àquele que teria tal reconhecimento – o branco de sua mãe. O autor aponta que é nessa relação em que o erotismo desse sujeito se constitui, causando uma disjunção da função materna entre essas duas figuras e mantendo o corpo negro nesse lugar sexualizado. Debate que agrega pontos pertinentes ao olhar sobre a invisibilização da babá e que pode ser aprofundado em futuras produções.



Sendo assim, nesse disputado e frágil lugar de saber, não parece haver espaço para que as duas mulheres possam compartilhar seu lugar, suas funções e seus saberes, compondo uma com o da outra. Parece ser necessário desqualificar e rivalizar para poder prevalecer. Nas ligações de Lúcia em meio as suas férias, é possível escutar essa desqualificação em sua interpretação de que sem ela os pais de Bernardo não serão capazes das mais simples tarefas com seu próprio filho. Ao mesmo tempo que revela o trabalho exaustivo que é se assegurar nessa posição que está sempre em risco, tendo que seguir com esse trabalho – o de desqualificar os pais – mesmo em suas férias.

## 9. TRABALHO DOMÉSTICO: UM TRABALHO FEMININO

Fica evidente ao logo deste trabalho que a discussão sobre os cuidados com bebês, a maternagem e o cuidado com o lar – o trabalho doméstico como um todo – é assumido enquanto um lugar feminino. A construção da figura da babá no imaginário social brasileiro se sustenta na, ao mesmo tempo que compõe com a ideia de que é preciso uma mulher para dar conta de todo o trabalho e todo o afeto que a família demanda.

Vieira (2014) aponta em sua pesquisa a relação tradicionalmente construída no trabalho doméstico entre afeto e os cuidados com o lar e com a família. E essa articulação entre esse trabalho e o amor, ou uma disponibilidade materna “natural” faz com que a ocupação seja assumida enquanto uma atribuição feminina.

Debruçando-se sobre o cenário brasileiro, que é caracterizado pela frequência do trabalho doméstico remunerado, desempenhado por mulheres contratadas para essa função, encontra-se um contexto distinto do que habitualmente ocorre em países da Europa e da América do Norte. Há importantes discussões a respeito do trabalho doméstico não remunerado, realizado pelas donas de casa desses países, como por exemplo a de Federici (2017; 2019), que além de debaterem a necessidade de esse trabalho ser remunerado, também sustentam a importante função que o não reconhecimento do trabalho doméstico enquanto um trabalho propriamente dito tem na manutenção de pilares do sistema capitalista. Aponta-se a necessidade e importância dessa discussão, inclusive para o aprofundamento dos estudos acerca dos trabalhos domésticos, mas não que não será desenvolvida neste trabalho.

Mesmo sendo destinada às donas de casa dos países desenvolvidos, é relevante tomar emprestada a discussão sobre a remuneração do trabalho doméstico. Ela traz que a não remuneração compõe com a construção da ideia de que por acontecer no interior dos lares, de modo não formalizado e não remunerado, além de não exigir qualificação, essa ocupação não teria importância, não demandaria tempo e esforço e não mereceria qualquer reconhecimento. O trabalho doméstico não é sequer considerado trabalho, sendo comum o discurso de que o homem trabalha e a mulher não, ela fica em casa (Federici, 2019).

A partir dessa concepção, Federici (2019) aponta como o pressuposto de que o trabalho doméstico não é verdadeiramente um trabalho faz com que, nos casos em que há a contratação de alguém para realizá-lo, seus limites possam não ser bem definidos e

serem remunerado com valores baixíssimos. Assim, sendo qualquer trabalho desempenhado por mulheres sabidamente menos remunerado, o trabalho doméstico tomado como algo quase que inerente às mulheres pode ser ainda mais desvalorizado.

A realidade característica do Brasil, marcada pelo costume da contratação de trabalhadoras domésticas, tem um impacto bastante significativo no cenário das discussões feministas brasileiras. Como citado no capítulo 2, sabe-se que importantes conquistas femininas, que possibilitaram a entrada de mulheres brancas e de classes médias e altas no mercado de trabalho, ocorreram às custas da exploração do trabalho de mulheres das classes baixas, em sua maioria negras, que não vivenciaram essas novas oportunidades, uma vez que sempre trabalharam e que essa condição não se relacionava com a mesma liberdade e autonomia.

O rearranjo necessário a esse momento social contou com a contratação dessas outras mulheres como o principal meio de garantir a saída de casa das novas trabalhadoras. Com essa terceirização, a responsabilidade pelo trabalho de cuidado do lar e da família se manteve no escopo individual e feminino. A saída das mulheres de casa para o trabalho não convocou uma reorganização de ordem social, de modo que não coube ao Estado a proposta e a construção de saídas coletivas para a nova configuração (Federici, 2019).

Assim, cada família se organizou individualmente, transferindo as ocupações e preocupações domésticas de uma mulher a outra. Transferência essa que simboliza a manutenção do trabalho doméstico enquanto feminino e passível de ser desconsiderado. Ela diz da concepção de um problema que é, teoricamente, individual, de uma mulher específica, e que só pode ser resolvido com a sua substituição por uma outra mulher.

Apesar de importantes avanços de conquistas feministas, o exaustivo trabalho doméstico, sua organização e até o trabalho mental nele envolvido se mantém no presente enquanto tarefa e assunto feminino. Entretanto, como aqui apontado, fica claro que a questão de gênero não é a única que demanda problematização.

O cenário clássico do trabalho doméstico no Brasil é esse realizado por mulheres negras das classes econômicas inferiores e sua desvalorização representa de forma simbólica importantes aspectos a que a opressão interseccional se refere. Um trabalho desqualificado que, só por ser tomado enquanto feminino, já pode ser mal remunerado,

torna-se invisível, explorado e sem qualquer reconhecimento por ser ocupado por mulheres negras e pobres, articulando as três categorias de opressão e desvalorização.

Muito da sociedade brasileira é, então, sustentado pelo trabalho dessas mulheres. Essa divisão de tarefas tão habitualmente construída dessa forma é o que garante aos homens que não se ocupem do que é da ordem do doméstico. Mas é também o que possibilita que as mulheres das classes superiores consigam circular, dentro de seus privilégios, abstendo-se de postos que dentro dessa lógica seriam seus, sem que se culpem tanto por isso.

Não reconhecer a importância e o valor do trabalho doméstico, também tem a ver com a concepção de ser inato ao feminino, sendo natural e não exigindo esforço algum. Como visto ao longo desta pesquisa, é também o que possibilita a transferência dessa função e algum distanciamento da culpa que a envolve, uma vez que não representaria algo significativo que deixa de ser realizado.

Prestes (2018), se valendo da noção de racismo institucional, propõe que se pense também em sexismo institucional, responsável por prejuízos às mulheres, ao falhar em reconhecer especificidades relacionadas ao gênero e que, ao articular-se com o racismo, acarreta nos prejuízos conjugados vivenciados pelas mulheres negras.

É de suma importância que essa articulação seja vista e reconhecida nas discussões feministas brasileiras, pois, segundo Akotirene (2019, p. 24) é o que permitirá “às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem”.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De volta ao início, retoma-se o trecho de *Canção de Ninar* que abre este trabalho, em que é representado o adolescente que não reconhece a pessoa por quem foi cuidado em um passado não tão distante. Após os diferentes aspectos aqui levantados presentes na invisibilização e no não reconhecimento da importância da babá é possível olhar com profundidade o que está envolvido no apagamento de memórias vividas com alguém que foi *quase da família* em períodos tão fundantes.

É claro que existem sujeitos que se lembram de figuras que participaram de sua criação. Muitos são aqueles que lembram com carinho de suas babás e de outras pessoas que fizeram parte de seu crescimento. Mas diante de tudo o que foi discutido, é como se o lembrar exigisse um grande esforço de desvelar algumas dessas camadas que insistem em encobrir a babá nas memórias, nos registros, na linguagem e também na teoria. E mesmo assim, é importante ressaltar que ter lembranças dessa mulher não é, obrigatoriamente, o mesmo que reconhecer toda a importância do lugar que pode vir a ter ocupado. Ao passo que o esquecer, por sua vez, corrobora com toda a invisibilização aqui debatida.

Como pretendido nos objetivos desta pesquisa, o fenômeno aqui nomeado de invisibilização pode ser colocado em causa, para que as babás pudessem ser vistas e suas relações analisadas com profundidade, ao ocuparem a posição central desta investigação. Inspirado no trabalho de análise de fotografias do de Rafaela Deiab (2005) apresentado no capítulo 2, que colocou em imagens o apagamento da figura das amas, um movimento semelhante foi feito. Com apoio do suporte teórico, realizou-se um levantamento do apagamento das babás nas relações familiares, sociais e uma breve passagem pela produção teórica, tornando, visível a babá e a invisibilização que a encobre, para ser problematizada em sua complexidade, considerando tudo que a envolve.

A partir da observação das cenas apresentadas neste trabalho, foi apontado um conjunto de coordenadas que contribui para essa invisibilização no atual contexto social e que é reproduzido nas relações familiares. Neste levantamento, embora tenham sido detectados diferentes formas de relação e do lugar da babá nas famílias, destacaram-se algumas constâncias, que demonstram importantes fatores que mantêm a babá nessa posição invisibilizada, de *quase vista* e *quase pertencente*.

Constâncias essas como: a desvalorização do trabalho feminino e particularmente daquele exercido nos espaços privados, no interior da esfera dos cuidados; a desigualdade de pertencimento dos trabalhadores frente aos marcadores de classe, raça e gênero na sociedade brasileira; a relação entre pais e babás enquanto uma relação entre classes sociais diferentes, que envolve subalternização; a falta de reconhecimento da história do lugar das trabalhadoras, advinda de relações sociais e raciais que datam do período de escravização e que persistem ainda hoje; e o incômodo com o envolvimento mútuo afetivo entre o bebê e a babá, o que a insere na dinâmica familiar, ao mesmo tempo em que mantém o seu vínculo com a família como profissional.

### **10.1 Sobre as relações**

Ao se debruçar sobre a relação das babás com os diferentes membros da família, se reconhece a posição distinta em que o bebê e a criança ainda a colocam enquanto vivem essa relação. As marcas que podem vir a produzir a invisibilização e o apagamento da babá e do vínculo com ela construído ainda estão sendo inscritas. Os bebês vivem, simultaneamente os afetos e as inscrições da babá em sua constituição e a introdução daquilo que, possivelmente, virá a encobri-la.

O não reconhecimento da importância da babá e de seu vínculo começa a ser transmitido à criança desde o princípio. Enquanto ainda não é capaz de fazer por si as diferenciações e hierarquizações de suas relações, o não pertencimento por completo da babá no universo do familiar é passado ao bebê nas minúcias de sua rotina, como visto nas cenas apresentadas. Como por exemplo no que foi discutido no capítulo 4 sobre as segregações de espaços e diferenças de direitos entre funcionárias e membros da família, em que o não pertencimento da babá vai sendo transmitido ao bebê pela própria forma como é permitido a ela que habite a casa. Ou ainda, no que pode aparecer no capítulo 5, na transmissão do não reconhecimento do vínculo com a babá como importante, quando a funcionária pode ser retirada da vida do bebê sem nenhuma explicação a ele, já que passará despercebido, ou não deve fazer falta.

O bebê cresce, então, apreendendo que esse lugar de quase da família em que tem a querida figura é marcado por uma enorme distância intransponível do que é fazer parte dela de maneira plena e que diz de uma transmissão da manutenção da diferença de classes. Ao mesmo tempo, o que vive com sua cuidadora lhe é caro e importante. Desse modo, o bebê é aquele que muitas vezes comunica o que a família já não pode reconhecer

sobre a relação, como nas cenas apresentadas nos capítulos 5 e 7, e que, mesmo assim, pode não ser escutado ou suportado.

Já do lado dos adultos essa invisibilização se faz em camadas profundas da subjetividade de cada um, englobando tanto as vivências com a personagem no presente, quanto o possível encobrimento de memórias dos cuidados de sua infância. Para além de categorizar uma dinâmica única e precisa sobre esse fenômeno, foram trazidos os aspectos de diferentes ordens que se entrelaçam e se influenciam mutuamente, agindo no intenso encobrimento da figura da babá e do reconhecimento de sua importância.

A profundidade dessa invisibilização traz a vontade de se questionar se as famílias representadas nas cenas se reconheceriam ao lê-las. Evidentemente, um trabalho minucioso foi feito para que o sigilo fosse respeitado e para que não houvesse identificações. Mas esse mesmo trabalho é facilitado pelo próprio fenômeno que representa.

Por não terem sido representadas situações de maus tratos explícitos às funcionárias, mas sim, cenas cotidianas em que se nota, justamente, o quanto a babá não é notada ou reconhecida, levanta-se a hipótese de que os agentes dessa invisibilização talvez não se reconhecessem nas narrativas, assim como não reconheceram suas ações no momento da cena, ou mesmo a presença das próprias babás. Há casos em que a invisibilização é tanta que se faz sim violenta, como na cena do capítulo 6. Mas essa é uma violência – teoricamente – sutil, que surge na repetição das simples e habituais invisibilizações e que, por isso mesmo, há chances de também não ser notada e reconhecida por quem a realiza.

## **10.2 Sobre as funções**

No levantamento dos importantes aspectos e faces da invisibilização da babá, a noção de função materna, sua definição e derivações foram um importante recurso teórico para sustentar a importância da atuação da babá não só nos cuidados físicos com os bebês, mas nas suas constituições subjetivas. A noção e as discussões construídas a partir dela tem grande importância na localização da atuação da babá na produção teórica psicanalítica, por conta de intensas aproximações possíveis de serem feitas entre o que é exercido na função materna e o que faz a babá.

Percebeu-se que não é possível delimitar aspectos da função materna desempenhados e aspectos não desempenhados pela babá em seu trabalho: ela exerce a grande maioria, se não todos, uma vez que não se pode separar em sua atuação o que seria da ordem prática dos cuidados e o que é da ordem da constituição subjetiva, onde os mesmos atos são atravessados por afetos, linguagem, cultura, corpo e desejo.

Entretanto, o que se distingue são as motivações, a lógica com que esses aspectos se dão, que são da ordem do desejo e dos posicionamentos dentro de sua economia, assim como também da ordem da transmissão e das cadeias de filiação. Além de, na maioria dos casos, ela não ser a única responsável pelo exercício dessa função, sendo a presença de outro cuidador primordial definida em cada família.

Dito isso, o objetivo do debate sobre a função materna nesta pesquisa não foi o de sustentar se há ou não exercício de função materna por parte das babás, ou uma possível nomeação para a função exercida pela funcionária<sup>10</sup>. Essas aproximações deram o suporte teórico para ser reconhecida a importância do que a babá realiza, mesmo que não carregue reconhecimento social – nem teórico – semelhante.

Assim, por meio dessa importante aproximação teórica, a invisibilização da babá pode ser ainda mais colocada em questão. O que está em jogo quando funções tão semelhantes recebem reconhecimentos tão distintos por serem desempenhadas por diferentes figuras? Tudo que foi levantado ao longo deste trabalho, os diversos aspectos apontados, compõem com o mapeamento do que parece operar esse fenômeno.

Como principal aspecto de diferenciação entre aquele que exerce função materna e a cuidadora se coloca a relação profissional estabelecida, que foi percebida com complexidade. Há algo fundamental na análise desse lugar nebuloso e complexo em que vai se encontrando a babá nas narrativas, na teoria, nas cenas e nas relações, que diz da sua condição de trabalhadora com que se coloca nessa dinâmica.

Diferente da lógica habitual de produtividade na relação entre trabalho e capital, em que as relações costumam ser impessoais, no trabalho da babá ela é convocada, e até demandada, a envolvê-lo em afeto. Vieira (2014, p. 42) diz “que para trabalhar, precisam esquecer-se enquanto trabalhadoras”, pelo envolvimento pessoal que a atuação desperta,

---

<sup>10</sup> Ainda que seja um tema de interesse da pesquisadora. Nesta pesquisa não é possível sustentar alguma posição da babá dentro do exercício da função materna, mas que pode ser avançada em futuras produções.



trazendo que muitas vezes se envolvem dessa forma com os bebês de quem cuidam, ao mesmo tempo que não podem fazer o mesmo com seus próprios filhos.

Como e o quanto embeberão a prestação de seus serviços em afeto é uma escolha pessoal, mas que não é tão simples à medida que seus sentimentos e seus corpos são colocados em jogo no lidar com o bebê. Mas mostra-se importante ressaltar a escolha que tem. Diferente do lugar específico na economia do desejo em que a mãe precisa sustentar o bebê no exercício da função materna para que ele venha a se constituir, na relação com a babá há maior fluidez sobre que lugar ela deixará que o bebê ocupe e de que forma.

No que se averiguou ao longo desta pesquisa, o lugar ocupado pela babá e sua invisibilização remetem a questões da maternidade, mas não só. O seu não reconhecimento diz de uma composição que também se refere à subjetivação da mulher na contemporaneidade, à (des)valorização do trabalho feminino, às particularidades do lugar da mulher na sociedade brasileira, que tem na babá uma das figuras de manutenção da relação coloniais, assim como às questões de raça e classe que as atravessam. Dessa forma, o debate sobre as aproximações com a função materna só faz sentido se considerado em meio a toda essa composição.

Considerar as escolhas da babá em seu envolvimento com o bebê tem relevância tanto para a não homogeneização de sua posição, reforçada ao longo desse trabalho, como também para trazer importantes elementos na discussão sobre as proximidades e os distanciamentos com a função materna. Além de não a enclausurar em um lugar de impotência.

Reconhecer suas escolhas, mesmo em posição tão complexa, pode a colocar em posição mais ativa, que se assemelha ao lugar de resistência apontado por Gonzalez (1984), ao se referir à importância da transmissão da cultura negra realizada pelas mães-pretas aos filhos dos brancos. Assim como sustenta Hollins (2016), na conceituação da posição de “*outsider within*”, como lugar das mulheres negras de nunca serem plenamente pertencentes, mas que as proporciona um ponto de vista especial, de estrangeira, sobre a família, a sociedade e ela mesma e pode se tornar fonte de força e de insights.

### 10.3 Sobre as dinâmicas

Ao longo de todo o trabalho, essa complexa questão da invisibilização das babás na relação com as famílias dos bebês de quem cuidam foi mapeada para poder ser analisada em toda a sua profundidade. Para fins de organização, a temática foi dividida em capítulos que abordariam diferentes aspectos desse fenômeno. Contudo, no fenômeno em si, não há tal separação. É imprescindível considerar que os diferentes aspectos, assim como suas causas, se entrelaçam e se articulam.

Por exemplo, no capítulo 4 inicia-se o debate sobre as questões sociais e importantes categorias de opressão que agem no processo da invisibilização das babás, enquanto no capítulo 5 olhou-se para pontos da subjetividade parental e suas questões narcísicas. Contudo, essas duas questões são indissociáveis, uma vez que não é possível considerar as questões subjetivas da construção do lugar parental e do exercício de suas funções sem o atravessamento do social. São posições construídas no laço social e marcadas por suas inscrições.

Por conta disso, o que se pretendeu ao longo deste trabalho não foi a definição categórica de uma causa única que possa ser responsabilizada pela invisibilização e o não reconhecimento da importância da babá. Foram levantadas diferentes faces desse fenômeno, que se influenciam e se articulam. Ao longo dos capítulos e das discussões sustentadas, muitos foram os pontos já debatidos em momentos anteriores que foram retomados, justamente por também estarem presentes e influenciarem o que era apresentado.

Nessa mesma direção, não se define também um lugar único ocupado pela babá nas dinâmicas familiares. Com as diferentes cenas, demonstraram-se possíveis posições ocupadas pela funcionária em diferentes famílias. Posições essas que, além de serem muito influenciadas pelas importantes questões sociais levantadas, também dependem das singularidades e das escolhas de cada um dos sujeitos envolvidos. A intenção não foi de definir de forma certa um modo com que os personagens se relacionam, ou de homogeneizar a relação, mas escutar as sutilezas presentes em diferentes dinâmicas, que demonstrassem diferentes aspectos deste lugar que aparece insistentemente invisibilizado em tantas configurações familiares e sociais.

Em meio a diferentes dinâmicas familiares, contextos, leituras, nomeações e interpretações sobre as relações entre babás e famílias que foram levantadas nesta

pesquisa, o que se fez sempre presente foi o lugar de invisibilização que circunda a figura e suas relações.

Encera-se este trabalho tomando o lugar de *quase da família*, em que as babás são insistentemente colocadas, como uma forma simbólica de condensar os múltiplos aspectos debatidos sobre essa invisibilização. A tradicional expressão, tão corriqueira nas narrativas brasileiras, traz em si muitas das questões aqui levantadas. Por meio dela se nomeia a posição que é tão próxima do familiar, ou melhor, que poderia ser família, mas que nunca é tomada plenamente como tal.

E não o será justamente pela intensa articulação desses múltiplos aspectos. A figura da babá simboliza uma ameaça a quem pode se dizer família, envolvendo toda a valorização que essa posição pode carregar, e que é ainda agravada ao ser representada por um corpo que é tomado na posição de subordinação e de trabalho. Encontra-se, assim, nesse lugar de *quase da família* ao qual é reiteradamente referida, uma maneira de se defender disso que se articula entre uma ameaça narcísica e um corpo marcado por diversas formas de subordinação e opressão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- AMBRA, P. Jogar fora o saber com a água do estranho. In: GUERRA, A, C.M. (org). **O mundo e o resto do mundo: antíteses psicanalíticas**. [e-book] n-1 edições, 2022.
- ARAGÃO, L. T. Mãe Preta, Tristeza Branca: Processo de Socialização e Distância Social no Brasil. In ARAGÃO, L. T. (org). **Clínica do Social: Ensaios** (pp. 21-38). São Paulo: Escuta, 1991.
- ARAGÃO, R. O. de; MARIN, I. K. Entre o estranho e o familiar - desafios para a prevenção. **Estilos Da Clínica**, 19(1), 57-66, 2014.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BASTOS LIMA, R. C. A importância da babá na construção da subjetividade. **Primórdios**. Rio de Janeiro, 3(3), 53-66, 2014.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRANDÃO, D. B. D. S. R.; Kupfer, M. C. M. A construção do laço educador-bebê a partir da Metodologia IRDI. **Psicologia USP**, 25, 276-283, 2014.
- BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos pagu**, 29, 91-109, 2007.
- CANCELMO; J. A.; BANDINI, C. **Child Care for Love or Money?: A Guide to Navigating the Parent-Caregiver Relationship**. Northvale, NJ: Jason Aronson, 1999.
- CHAUÍ, M. D. S. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within. **Sociedade e Estado**, 31,99-127, 2016.
- COLOMBO, D. Whorthless Female Material. Nursemaids and Governesses in Freud's Cases. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, 58(5), 835–859, 2010.
- CORRÊA, M. A babá de Freud e outras babás. **Cadernos Pagu**, 29, 61-90, 2007.
- CORVELHO, M V.; MELO, M. **Maternidades destituídas: Desigualdades de gênero, raça, classe e Poder Judiciário**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.
- COSTA, S. G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**, 10(2), 301-323, 2002.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 10, 171-188, 2002.
- DEIAB, R. D. A. A memória afetiva da escravidão. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 1(4), 36-40, 2005.
- DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FREUD, S. Introdução ao Narcisismo. In **Introdução ao Narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1914/2010.

- FARIA, M. R. **Constituição do Sujeito e Estrutura Familiar: O Complexo de Édipo**, de Freud a Lacan. Taubaté-SP: Editora e Livraria Cabral Universitária, 2017.
- GARRAFA, T. Primeiros Tempos da Parentalidade. In TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V.(orgs.), **Parentalidade** (pp.55-69). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. **Primavera das Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Editora Filhos da África, 1981.
- GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. 1984.
- GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. de O.; MALTA, A. L.; GALHARDO, L. A família processual: Pensando a filiação e a transmissão na contemporaneidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 19(1), 206-222, 2019.
- GUERRA, A. M. C. Branquitude e Psicanálise: segregação racial e a matriz colonial do saber. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**. 21, 55-67, 2021.
- GURSKI, R.; STRZYKALSKI, S. A pesquisa em psicanálise e o “catador de restos”: enlaced metodológicos. **Ágora: estudos em teoria psicanalítica**, 21, 406-415, 2018.
- GURSKI, R. A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e socioeducação. **Tempo psicanalítico**. 51(2), 166-194, 2019.
- IACONELLI, V. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna**. São Paulo: Annablume, 2015.
- IPEA. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. **Textos para Discussão**, (2528), 1-44, 2019.
- IRIBARRY, I. N. O que é pesquisa psicanalítica?. **Agora: Estudos em teoria psicanalítica**, 6, 115-138, 2003.
- KATZ, I. Infâncias contra hegemônicas para descolonizar a psicanálise. In: GUERRA, A, C.M. (org). **O mundo e o resto do mundo: antíteses psicanalíticas**. [e-book] n-1 edições, 2022.
- KUPFER, M. C. M. Nota Sobre o Diagnóstico Diferencial da Psicose e do Autismo na Infância. **Revista de Psicologia da USP**. São Paulo, 11(1), 85-105, 2020.
- LACAN, J. O Estádio do Espelho Como Formador da Função do Eu. In **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1949/1998.
- LACAN, J. Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano. In **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966/1998.
- LACAN, J. Nota Sobre a Criança. In **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969/2003.
- LEITE, N. V. A.; SOUZA Jr, P. S. Corpo e língua materna. In TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V.(orgs.), **Corpo** (pp.39-51). Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- LIMA, R. A. Édipo Negro: Estrutura e Argumento. **Acta Psicossomática**, 2(1), 26-39, 2019.
- MARIN, I. S. K. Tornar-se mãe num presídio: a criação de um espaço potencial. In: RABELLO, S.; BIALER, M. (orgs.). **Tornar-se mãe num presídio: criação de um espaço potencial**. 1ed.São Paulo: Primavera, 2017.
- MARIN, I. S. K. A função simbolizante da creche no processo de subjetivação do bebê. A conquista do eu e do mundo. In: ARAGÃO, R. O., ZORNIG, S. A. (orgs.). **Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê**. 1ed. São Paulo: Editora Escuta, 2018.
- MARINO, A. S.; MARTINS, A. S.; BARBOSA, B. C. S.; SILVA FILHO, E. A.; ALMEIDA,

- M. C.; SOUZA, P. S.; PEREIRA, T. L. D. A mãe preta e o objeto de amor nas sociedades colonizadas: o apagamento das babás na história da Psicanálise. In: BANDEIRA, G. M. S.; BATISTA, C. E. R.; FREITAS, P. G. (orgs.). **Psicologia** [livro eletrônico]: reflexões, métodos e processos integrados em sociedade: volume 2. 1ed. Rio de Janeiro: e-Publicar, v. 2, p. 146-162, 2022.
- MARTINS, A. A. Freud entre duas mulheres: implosão do Édipo e conflito de classes. **Revista Cult**, 2021.
- MCCLINTOCK, A. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Unicamp, 2010.
- MOUNTIAN, I. Reflexões sobre metodologias críticas em pesquisa: interseccionalidade, reflexividade e situacionalidade. **Revista Psicologia Política**, 17(40), 454-469, 2017.
- MOURA, S. M. S. R. D.; ARAÚJO, M. D. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: ciência e profissão**, 24, 44-55, 2004.
- MUSATTI-BRAGA, A. P. **Os muito nomes de Silvana**: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras. Tese de doutorado em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-10052016-104955/publico/braga\\_corrigida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-10052016-104955/publico/braga_corrigida.pdf). Acesso em: 12 set. 2023.
- NASIO, J. D. O que é um caso. In: **Os grandes casos de psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- PESARO, M. E.; KUPFER, M. C. M. Um lugar para o sujeito-criança: os Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) como mediadores do olhar interdisciplinar sobre os bebês. **Analytica: Revista de Psicanálise**, 5(9), 58-68, 2016.
- PRESTES, C. R.; VASCONCELLOS, E. G. Mulheres negras: resistência e resiliência ante os efeitos psicossociais do racismo. **Pambazuka News**, 63, 2013
- PRESTES, C. R. D. S. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras**: interseccionalidade e bem viver. Tese de doutorado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.
- RIBEIRO, F. S.; ZORNING, S. M. A. J. Amor Materno e Cuidado Profissional. **Estilos Clínicos**, 23(3), 542-557, 2018.
- ROGERO, T. **Projeto Querino**. Rádio Novelo. Apoio: Instituto Ibirapitanga, 2022.
- ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Textura: Revista de Psicanálise**, 2(2), 42-46, 2002.
- ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Subjetividades**, 4(2), 329-348, 2004.
- ROSA, M. D.; BERTA, S. L.; CARIGNATO, T. T.; ALENCAR, S. A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. **Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental**, 12, 497-511, 2009.
- ROSA, M. D. **Psicanálise, Política e Cultura**: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento. Livre-docência. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2015.
- ROSA, M. D. Passa anel: famílias, transmissão e tradição In: TEPERMAN, D, GARRAFA T.; IACONELLI, V. (orgs.), **Parentalidade** (pp.23-37). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SEGATO, R. L. O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. Brasília. **Série**

- Antropologia**, 400. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2006.
- SCHEFTEL, S. Why aren't we curious about nannies?. **The Psychoanalytic study of the child**, 66(1), 251-278, 2012.
- SILVEIRA, L. A mãe preta e o Nome-do-pai: questões com Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, 30, 2022.
- SLIMANI, L. **Canção de Ninar**. São Paulo: Planeta, 2019.
- TEPERMAN, D. W. **Clínica psicanalítica com bebês: uma intervenção a tempo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- TEPERMAN, D. W. **Família, parentalidade e época: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Escuta, 2014.
- VIEIRA, N. S. **O trabalho da babá: trajetórias corporais entre o afeto, o objeto e o abjeto**. Dissertação de mestrado em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16822/1/2014\\_NanahSanchezVieira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16822/1/2014_NanahSanchezVieira.pdf). Acesso em: 12 set. 2013.